

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2023**

Ao dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se no Salão sede da Junta da União de Freguesias Cepões, Meijinhos e Melções, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 12.04.2023-----

ABERTURA -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 10.00 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues, em substituição de Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Domingos Manuel Pinto Nascimento, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto, em substituição de Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Samuel José Moreira Martins, em substituição Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Luís Filipe Pinto Carrapatoso Oliveira, em substituição de Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Lalim, João Nobre de Sousa, em substituição do seu Presidente, Bruno Miguel de Morais Carneiro, Lamego (Almacave e Sé) - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves), Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Morais Rodrigue Gregórios, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela - União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais - Maria Otilia da Silva Teixeira e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Ana Branca Silva Soeiro Carvalho, Daniel Pereira de Oliveira, Milene Daniela da Fonseca Geada e Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para agradecer à União de Freguesias de Cepões Meijinhos e Melcões, a oportunidade de se poder fazer esta sessão descentralizada, aqui e hoje, e na pessoa do seu Presidente António Rodrigues, agradecer-lhe a logística para conseguir receber esta sessão deste órgão Municipal, neste périplo pelas várias freguesias. Agradecer também aos serviços do Município, por proporcionarem este momento.-----

Usou da palavra **Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões**, para uma intervenção de boas vindas.-----

Começando por agradecer ao Presidente da Assembleia por ter a amabilidade de fazer esta Assembleia aqui na União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões. Cumprimentou todos os presentes nesta sala. Disse que vai falar um bocadinho do passado, falar de umas questões muito fáceis e rápidas, não lhe vão levar a mal. Para dizer que no seu lado esquerdo e direito vêm-se dois campos de futebol que é o sintético, que tirou os jovens do Concelho de Lamego, jovens os Cracks Clube de Lamego e alguns desses jovens já estão no Sporting Clube de Portugal. Disse que quem tirou os miúdos da lama, em primeiro lugar foi a Junta de Freguesia de Cepões. Tem que dar aqui dois cumprimentos especiais, na pessoa do Pedro Alves, na altura deputado da Assembleia da República e ao Secretário de Estado do Desporto Emídio Guerreiro, foi a pessoa que teve a amabilidade de projectar estes dois campos de futebol.-----

Dirigindo-se para o Presidente da Câmara e Vereadores, disse-lhes que da Câmara Municipal de Lamego, quer do Eng.º Francisco Lopes, quer dos outros executivos que ali passaram, que não foram poucos, ainda não recebeu um tostão. Espera que no futuro, ainda espera que se possa resolver essas situações, porque quem faz a manutenção e tudo o resto é a Junta de Freguesia. Gostaria de ter melhor, mas não foi possível ainda, mas espera que, brevemente, o Presidente da Câmara com os seus vereadores e o Presidente da Assembleia se possam resolver esses problemas.-----

Afirmou que este foi um projeto feito pela Junta de Freguesia, é autarca há vinte e oito anos, quando veio para esta freguesia não havia uma casa que tivesse água e saneamento. Tudo começou com o saudoso Rui Valadares e acabou no tempo do José António Almeida Santos, já lá vão muitos anos. Mas também quer dizer que a segunda fase de água e saneamento, um projeto que foi feito pela Junta de Freguesia, a Câmara não fez este projeto, foi a Junta que o fez, na altura custou sete mil contos, foram pagando de um acordo que resultou com o empreiteiro e o projetista.-----

Também tem que agradecer, que na altura era o Eng.º Manuel Campos Marques, o Chefe de Divisão das Águas e Saneamento, uma pessoa incansável, que ajudou nesta

situação. Agora a freguesia tem água e saneamento e 99,9%, falta uma ou outra casa, mas também foi com o esforço da Junta. A Junta também esteve aqui a colaborar com o Município muitas vezes, adiantando fazer um projeto que, na altura foi um bocado difícil, as coisas têm que se tornar difíceis para se conseguirem fazer.----- Quer dizer também que se fez na altura, um caminho agrícola que vai de Moimentinha a Manhosa, faz uma ligação a estas duas localidades, foi um investimento do Estado, projeto esse que a Junta de Freguesia fez, Quando os técnicos do Ministério da Agricultura de Chaves vieram cá, disseram-lhe se queria fazer um caminho, onde não há aqui nada de agricultura. Ele respondeu que se vai fazer o projeto, fazer o caminho, a agricultura vem depois. Foi isso que aconteceu. Fez-se o caminho e a agricultura está lá, tiram-se de lá centenas de toneladas de maçã. Os Presidentes de Junta enquanto Presidentes das Juntas também têm que fazer esse esforço. Sabe que o dinheiro não chega a nada, muitas vezes há dificuldades, toda a gente as tem, quer as Juntas, quer o Município, até o Governo tem dificuldades. Mas também no meio das dificuldades tem que se tentar fazer sempre alguma coisa. Disse que a União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões é uma freguesia muito grande, ele chega ali da Zona Industrial (Várzea de Abrunhais) e chega quase a Vilar. Têm muita extensão de limpezas e caminhos para fazer.----- Deixa aqui, não apenas para a União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões e para todas as outras. Fala sempre nos seus colegas e é solidário com eles., relativa à questão da limpeza e da manutenção. Para se ter uma limpeza e manutenção como tem feito, precisa de dinheiro, Pode dizer que ainda agora, só em herbicida gastou seiscentos euros só para o herbicida, fora o gasóleo e o pessoal gasta-se muito dinheiro, fora a limpeza, máquinas roçadoras e outras coisas. E, por isso, diz ao Presidente da Câmara, aos membros da Assembleia, que foi muito bom que as freguesias tivessem estas Assembleias descentralizadas, para todos conhecerem a realidade, porque há muitos que não conhecem a realidade das freguesias. Fala-se muito, mas a realidade ninguém a conhece. Se forem dar uma volta à freguesia de Cepões é uma extensão muito grande, e as pessoas não têm ideia do que é isto, tem muitos caminhos agrícolas, tem muitos caminhos rurais, tem muitas estradas.----- Disse que Município fez um acordo de fazer essas transferências para as Juntas, mas essas mesmas transferências, neste momento, devia ser repensadas, para que se possa fazer tudo isso. Pode dizer que se fez aqui, há coisa de um ano atrás, fez-se um regadio que foi um investimento de uma Comissão de Regadios, da qual é o Presidente, fizeram-se esses regadios, estão feitos, está só espera do dinheiro para os pagar. Está tudo a correr bem. Disse que muitas das vezes não podem as pessoas estarem à espera que seja a Câmara ou o funcionário da Câmara para ir tapar um buraco na freguesia. Têm que ser todos em conjunto. Acha que todos os Presidentes de Junta, ele entende aqui que todos são Presidentes de Junta, aqui não há ninguém do PSD, PS ou CDS, são todos Presidentes de Junta, foram eleitos para isso. Deviam

todos com o Presidente da Câmara, com os Vereadores, com a Assembleia Municipal, chegar-se a um entendimento, para que muitas das vezes se possa fazer bem nas freguesias. -----

Terminando, agradeceu, mais uma vez a presença dos membros da Assembleia, por estarem nesta linda terra, que é Cepões. Disse que neste momento estão a olhar para a direita que é o campo de futebol, que tirou os tais jovens dos Cracks Clube de Lamego, não são os jovens de Cepões, são dos Cracks Clube de Lamego da lama.---

Disse que à hora de almoço não vai falar daquele trabalho que esta a fazer, que é outro complexo, do outro lado, vão ter todos a oportunidade de ver o que que a Junta de Freguesia anda a fazer, sem recursos dos Estado e sem recursos da Câmara. Embora desta está sempre à espera, pois tem falado com o Presidente da Câmara para se encontrar uma solução. Sabe que as finanças da Câmara também não são muito boas, mas ou menos, para colaborar um bocadinho com a Junta de Freguesia.- -

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia**, para dar nota sobre o cartaz das comemorações do 25 de abril, cuja organização foi uma competência desta Assembleia, quer em primeiro lugar agradecer aos representantes dos grupos municipais que integraram esta comissão organizadora das comemorações, nomeadamente aos membros José Manuel Correia, Pedro Torres, Alexandre Hoffmann e Viriato Lemos. -----

Informou que o cartaz tem um programação que entende que é bastante diversificada, começa no dia 22 de abril com a apresentação de uma exposição e uma conferencia sobre a censura no Estado Novo, no Museu Pedagógico.-----

Dia 23 a Caminhada pela Liberdade, que este ano, a título excecional, coincidirá com a caminhada do Caminho dos Monges, que o Município também já tinha programado para o mesmo dia, e um passeio de bicicleta e à tarde a exibição do filme “Uma Guerra”, uma iniciativa da Liga dos Combatentes, do Núcleo de Lamego, no Teatro Ribeiro Conceição.-----

No dia 24 a noite jovem.-----

No dia 25 a sessão solene, que este ano contará com a participação do comentador Sebastião Bugalho, e depois à tarde o espectáculo com o Jorge Palma, no Teatro Ribeiro Conceição. Haverá inscrição nas entidades e há o levantamento dos bilhetes para os concertos, os serviços da Assembleia e o Município crê que já entraram em contacto, se ainda não também, entrarão brevemente, em contacto para esses mesmos bilhetes, para quem estiver interessado e convida, naturalmente, as entidades que entenderem e querem participar. -----

Relativamente à questão do 25 de abril, agradecer ao Executivo municipal e a agradecer a todos os funcionários do Município que estão envolvidos na organização destas comemorações. Bem como às várias entidades da sociedade civil que se envolvem nesta organização: Academia de Musica, Banda de Lalim, Associação Desportiva de Avões, o Grupo dos Bombos de Samodães, CTOE, Lamego Bike,

Caminhadas de Lamego, Ténis Clube de Lamego, Liga dos Combatentes, são várias as entidades que se têm associado a estas comemorações e um agradecimento muito especial para todas elas.-----

Uma última informação, quanto à questão do site da Assembleia Municipal já está lançado, há um processo de melhoria contínua, todos os contributos sobre o site que os membros municipais queiram chegar à Mesa da Assembleia, serão, naturalmente tidos em consideração. Mas aqui não pode deixar de fazer um agradecimento especial a dois funcionários do Município, pois este site foi construído com a prata da casa, foram os funcionários do Município que ajudaram montar este site, e a torna-lo publico, designadamente um agradecimento especial ao Emanuel Domingos Peixoto e ao Joaquim Mateus, por terem construído o site e por terem documentado o site, diga-se assim.-----

1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo-se inscrevido os senhores Filipe Marques de Lamego e Fausto Magno.---

Interveio o senhor **Filipe Lima.**, começando por agradecer a oportunidade desta intervenção que tentará que seja breve, focando os pontos-chave que na sua mais modesta opinião são fatores chave para a evolução não apenas da sua freguesia, mas de todo o concelho.-----

Representa aqui duas instituições deste Município, a União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões, enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia e a APADOURO – Associação dos produtores agrícolas do Vale do Douro, enquanto técnico responsável, que representa muitos agricultores deste concelho e que necessitam urgentemente de serem ouvidos.-----

O primeiro ponto é referente ao aumento e melhoria da rede de estradas rurais, mais concretamente a estrada que liga Cepões a Melcões. Como a estrada que foi feita e que liga Cepões à Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, mais concretamente ao povo da Lenhosa foi fundamental para o desenvolvimento local, originando uma fantástica alternativa ao percurso normal e permitindo uma melhor acessibilidade entre as populações. Para além disso valorizou ainda uma extensão considerável de zona florestal que hoje está transformada numa mancha produtiva, com principal foco na produção de maçã e cereja, culturas estas que produzem riqueza e aumentam o número de postos de trabalho ao longo de todo o ano. Como consequência temos agora um município mais competitivo e mais rico.-----

Para complemento desta via fica a faltar a ligação entre Cepões e Melcões e conseqüentemente a ligação entre Melcões e a Freguesia de Lalim. Está-se a falar de um investimento fundamental para aumentar a capacidade produtiva do concelho e garantir melhores condições de vida das populações. Trata-se de uma estrada que beneficiará de imediato entre 75 e 100 hectares de solo arável, parte dele já com

pomares instalados, com condições fantásticas de produção que representam uma mais valia económica para a melhoria da balança comercial de todo o Município.-----
Facilitará de igual forma o acesso entre as duas freguesias, mas não só. Esta via representa uma ligação alternativa e válida entre todas as freguesias limítrofes e entre dois concelhos, Lamego e Tarouca.-----
Pelos motivos apresentados este investimento é fundamental para se continuar num percurso de evolução, de olhos posto no futuro.-----
Em segundo lugar quer focar o ponto sensível a muita gente, mas que hoje está presente na vida de qualquer produtor. Com as alterações climáticas registadas nos últimos anos, sabendo que a agricultura, representa um motor importantíssimo na economia regional e com foco na economia do Município e de forma a ter-se uma alternativa capaz de fazer frente a um problema gravíssimo, é fundamental olhar para o lado e ver a que os outros estão a fazer, e a fazer bem. O granizo é hoje um problema que tira o sono a muita gente. Se cai granizo não há produção, se não há produção não há rentabilidade nem gera empregos e todos saem a perder. Vem assim falar na solução dos canhões anti granizo. Apesar de ser um assunto que levanta muitas questões, está certo que, grande parte delas, ficaram respondidas com alguma pesquisa e com a informação, de que durante muito tempo pesquisou sobre este sistema.-----
Desmistificando já duas dúvidas, os canhões não afastam a chuva nem foram proibidos em outros países, muito pelo contrário, nas grandes regiões produtivas da Europa o seu numero aumentou e em 2022 não choveu em todo o país, não choveu só em Armamar e Moimenta da Beira, onde os canhões já existem, não choveu no país todo, não foi por causa dos canhões que deixou de chover.-----
Sim, estes dois concelhos de Armamar e Moimenta da Beira apostaram de forma séria neste sistema e estão hoje um passo à frente relativamente a este problema. Não se pode ficar para trás e deve-se por esta solução em cima da mesa porque dele depende a competitividade deste Município.-----
Deixa para o fim aquele tema que lhe assusta e atormenta mais. É visível a perda de água anual, é visível a falta de água, e isto vai ser um problema gravíssimo no futuro. A escassez de água é visível, teme que, com aquilo que choveu até à data, não se vai conseguir regar mais do que até meados de julho ou finais de julho deste ano, A água é muito escassa e está na de se programar e de começar a pensar em projectar um sistema de regadio coletivo neste Município, É fundamental agir já. Quem vai ao mar prepara-se em terra e obrigatoriamente tem que se pensar numa alternativa comum que permita diminuir os efeitos negativos da falta de água, principalmente na agricultura. Deve-se aproveitar todas as formas de financiamento hoje disponíveis, nomeadamente dentro do PPR e do novo quadro comunitário PEPAC para a finalmente de forma consciente e bem-feita fazer-se uma rede de regadio coletivo para o Município. Desta obra pode depender o futuro de muitas famílias e mesmo do

concelho. Sem água não existe vida e a este ritmo, depressa fica-se a olhar os outros barcos a passar, sem que nos seja dada qualquer oportunidade de evoluir.-----

Pede assim uma reflexão sobre todos estes pontos. Todos têm um objetivo, melhorar as condições de vida das populações, melhorar a balança comercial e a capacitação de um município que tem tudo para estar na linha da frente.-----

Interveio o senhor **Fausto Magno**, começando por cumprimentar todos os membros presentes na sala, Disse que é como munícipe e cidadão natural de Lamego, que vem hoje aqui, perante esta digna Assembleia, fazer a palavra, para de forma breve mas conscientemente convicção, transmitir ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, Eng.º Francisco Lopes, da sua mágoa, por ver que por mais um ano, a tradicional Corrida a Cavalos em “Passo Travado”, a essência da feira do 3 de maio ou de Santa Cruz, se assim a quiserem continuar a designar, se vai voltar a realizar “fora de portas”, que é o mesmo a dizer, fora do seu lugar natural, isto é, na cidade de Lamego, onde ao longo do tempo e em diferentes locais desta cidade, a Histórica e afamada corrida equestre do Passo Travado, sempre se realizou para gaudir de que nela participava, observava e organizava.-----

Sabe, e naturalmente compreende que o último local onde esta festa bem lamecense se realizou, está, por enquanto impedida, por motivo de obras, de ser utilizado para este fim. Todavia, pensa por ele próprio e com ele muitos devotados filhos de Lamego também, que com vontade, esforço e se calhar bairrismo, este evento tão arraigado nas gentes de Lamego e não só, pudesse, com a Câmara Municipal, forças vivas da cidade e população em geral, irmanados no mesmo espírito, ser possível de realizar nesta terra que é e será sempre Lamego.-----

Disse ainda ao Presidente da Câmara, há memórias que nem o tempo e a idade conseguem apagar-----

Quer aqui expressar o seu vivo agradecimento à Freguesia de Lamego (Almacave e Sé), onde aliás nasceu, na pessoa do seu jovem e promissor Presidente Dr. Nuno Lázaro, no que respeita a compreensão deste sentimento comum e à sua inteira disponibilidade, para no futuro trabalharem em conjunto no sentido de engrandecer ainda mais o prestígio e qualidade deste importante certame equestre e manifestação de grande relevo festivo, social, artístico e cultural.-----

Também não pode deixar de salientar perante esta Assembleia que o ouve, a atuação do Vereador José Correia da Silva que gentilmente acolheu este propósito quando se equacionou a possibilidade da corrida do Passo Travado poder ser feita na cidade de Lamego, pretensão que foi indeferida, invocadas que foram razões a já fez referência, deixando no entanto em aberto a possibilidade de a Junta de Freguesia de Lamego, poder, cumprindo as normas legalmente exigíveis, organizar tal evento dentro do espaço urbano que a cidade comporta.-----

Deve dizer esta resposta do Vereador José Correia da Silva muito o satisfizeram, pois estando para o ano que vem, como todos anseiam, finalizadas as obras do Parque Urbano,-----

Espera-se sem qualquer dúvida, trazer de novo para aquele local, já melhor preparado e com mais eficientes condições de utilização para todos os intervenientes, a feira e a corrida.-----

E para terminar esta já longa intervenção, pede ao Presidente da Câmara Municipal de Lamego, muito respeitosamente, que aqui e agora diga objectivamente que, para o próximo ano, pode-se contar que a tradicional feira do 3 de maio – feira de Santa Cruz, se vai realizar na íntegra, em Lamego. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, especialmente a União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões que acolhe esta sessão neste espaço, que não sendo um espaço grande, é um espaço digno, suficiente para se fazer aqui a Assembleia Municipal descentralizada, que se tem vindo levar a cabo em todas as freguesias. -----

Referindo-se à intervenção do Presidente da Junta e do do Presidente da Assembleia de Freguesia, mas também do senhor Fausto Magno, enquanto cidadão, para dizer que, Lamego é Lamego, Lamego não é só a cidade de Lamego. Lamego é um território com cerca de vinte e cinco mil habitantes, dos quais apenas, pouco mais de metade, reside na cidade e os restantes residem nas outras dezassete freguesias rurais. E que têm perante o Município, perante o Governo e perante todos nós, esses cidadãos que não residem na cidade, os mesmos direitos e as mesmas ambições como aqueles que residem na cidade. Esta situação é muito relevante, para se perceber que, se Lamego é o concelho e não é a cidade, tem que se olhar para cada uma das freguesias, dos lugares e encontrar as formas de criar condições, para que também nas freguesias rurais, haja pessoas a viver, haja atividade económica diversificada, não apenas no sector primário e secundário. Mas também haja serviços , que haja condições de qualidade e conforto, que haja condições de mobilidade, que haja equipamentos públicos, que haja associações e coletividades a promover diariamente, o associativismo, e o espírito cívico, que nas nossas localidades mais pequenas era muito forte e que se vai perdendo por força do abandono da população, e do envelhecimento dos que ainda ficam. -----

E por isso, situações que ponham em confronto a cidade e as freguesias, não merecem o seu apoio, como de resto já testemunhou no passado, quando se fez grandes investimentos públicos nas freguesias rurais, nas diversas infra-estruturas de redes de água e saneamento, nas vias de comunicação, e nos equipamentos, nomeadamente, com a construção dos centros escolares, do Museu do Entrudo em Lazarim, e de mais de um conjunto de espaços de menor dimensão, pode dar o exemplo dos centros cívicos, um dos quais também foi feito nesta freguesia de Cepões.-----

Quando se diz que um evento, como o de 3 de maio é de Lamego e é de Lamego e da cidade. É certo é que ele seja feito na cidade. Mas não havendo condições, transitoriamente, é disso de que se está a falar, transitoriamente, ele ser feito na cidade, perguntou qual é o inconveniente de esse evento ser feito numa freguesia, que até é uma grande freguesia rural que é Cambres, que é muito perto da cidade, que tem as condições necessárias para o fazer. -----

E portanto, este ano o 3 de maio em termos de corrida de passo travado, voltará a ser feito em Cambres e quando houver condições voltará a ser feito na cidade, como sempre foi. De resto não vai estar aqui, enfim, a questionar a coerência do senhor Fausto Magno, na questão que aqui traz, mas ele, no ano passado tentou fazer aqui em Cepões a corrida de passo travado, de 3 de maio, portanto também não é na cidade. -----

Respeita muito as tradições, procura, sempre, promove-las, mas procura, sempre também, adaptá-las áquilo que é a nova realidade e que são os tempos e a forma de vida dos lamecenses de hoje, das pessoas que nos visitam, das novas pessoas que não vinham a Lamego há décadas atrás. E que hoje em termos turísticos nos procuram durante todo o ano, e tem que se ter uma programação que seja respeitadora das tradições, mas que seja adequada áquilo que se quer no futuro do concelho, em termos de desenvolvimento turístico, nomeadamente. -----

Portanto o 3 de maio, a Feira de Santa Cruz continuará a ser promovida e desenvolvida pelo Município com a parceria e a participação das Juntas de Freguesia e dos aficionados pelos cavalos, porque são as pessoas que mantêm essas atividades, que mantêm esse gosto, continuam a dar razão de ser deste evento.-----

Disse ainda que sobre o 3 de maio, esperando que o programa que está a ser preparado e que irá decorrer na cidade e em Cambres, seja à semelhança do que aconteceu no ano passado, satisfatório, para uma situação transitória, nada mais dirá, no futuro, o 3 de maio continuará a ser o 3 de maio, no sítio onde sempre foi, e com as condições que vierem a ser criadas para esse efeito.-----

Respondendo ao Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, efetivamente, nesta freguesia foram feitos grandes investimentos em áreas muito diversas, das infra-estruturas, dos equipamentos, do apoio ao associativismo. Houve sempre uma colaboração muito forte da Câmara Municipal. Sendo que é verdade que muitas vezes foi a Junta que impulsionou os projetos, que lançou os projetos, e que forçou de alguma forma, que eles pudessem ser apoiados. Há situações que continuam em curso, o Presidente da Junta dizia que 99,9% das redes de água e saneamento está feita, é verdade, está-se a refazer a atar do Ribeiro, com um custo muito elevado, que é suportado pelo Município. E está.se, pontualmente, a fazer melhorias nessas redes e, obviamente, quando se fazem, não são feitas para sempre, é necessário refazê-las, modernizá-las, alterá-las e adaptá-las aos novos utilizadores, que apesar de escassos, sempre vão surgindo. -----

E o mesmo em relação à rede viária, a rede viária do concelho é, genericamente, deficiente, está muito degradada pela falta de investimento dos últimos anos, já se fez um plano de reabilitação da rede viária do concelho, já se está a lançar as obras para esse efeito. Foram, recentemente, concluídas as obras na freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei. Está adjudicado um novo pacote de repavimentações em várias freguesias do concelho, na ordem dos quatrocentos mil euros, o concurso foi lançado com cerca de setecentos mil euros, teve-se uma proposta inferior, os preços aparentam estar a normalizar. Tem-se a estimativa para fazer até ao final do mandato, cerca de três milhões de euros em repavimentações, se os preços normalizarem, ter-se-á a possibilidade de fazer mais algumas repavimentações do que aquelas que estão inicialmente previstas.-----

Repavimentar porque são as estradas em que estão em utilização, pavimentar estradas novas, é um esforço acrescido, tem que ser muito ponderado. Ser ponderado do ponto de vista, de facto, da sua utilidade, utilidade atual, são estradas que já têm procura, utilidade futura, se efetivamente, são sítios que tem possibilidade de desenvolvimento urbano e desenvolvimento económico, agrícola e industrial. -----

Sobre os problemas concretos que o Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões aqui referiu, nomeadamente, o financiamento dos campos sintéticos que foram feitos na freguesia de Cepões. Disse que na altura houve duas candidaturas, uma do Município para Cambres, uma de Cepões para Cepões.-----

Em Cambres porque os balneários não tinham condições, a candidatura foi chumbada, em Cepões foi aprovada. Houve uma manifestação de vontade da Câmara Municipal, de participar esta obra. Por motivos que não interessa hoje aqui referir, mas que se mantêm válidos, não foi possível manter esse acordo no seio da Câmara, para apoiar nesse desiderato. O investimento foi feito, o investimento resultou, obviamente, um esforço financeiro grande para a Junta de Freguesia. O apoio da Câmara foi manifestado como intenção, não foi concretizado, se o poderá ser agora, é uma situação que se terá de discutir. -----

Em todo o caso no âmbito dos protocolos, que se estão a fazer com as Juntas de Freguesia, a União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melcões, têm um conjunto imenso de pretensões, já foram discutidas com o Presidente da Junta, vai-se apoiar algumas e esta irá seguir o seu curso, e o seu curso tem que ver com um procedimento de natureza judicial, que está a decorrer, e sobre o qual espera-se o seu fim. -----

Em relação à questão da manutenção das freguesias, essa é uma situação que a seu ver não se coloca, com a transferência de competências, essa situação está, devidamente, concretizada e estabilizada. Todas as Juntas de Freguesia, incluindo a Junta de Freguesia de Lamego desde Janeiro, estão com essas competências, e que não as tinha no passado. Pensa que têm os recursos necessários para responderem a essas competências, algumas fazem-no bem, outras fazem-no menos bem, já se tem

discutido isso, deixa o apelo aos Presidentes de Junta, para que possam cumprir com as suas obrigações, uma vez que o Governo e o Município cumprem também com as suas obrigações, ao fazerem a transferência dos recursos financeiros necessários, para essas acções de manutenção e de limpeza da rede viária e de outros espaços públicos do concelho.-----

Relativamente à intervenção do Presidente da Assembleia de Freguesia, aqui também na qualidade Técnico da APAVDURO, o Município de Lamego tem no sector primário, uma das suas atividades mais importantes. O sector do vinho e da fruta, e em aproveitamento complementar, seja de natureza turística, seja de natureza industrial, dessas importantes produções agrícolas locais. Quer-se, obviamente, apoiar e quer-se muito apoiar essas atividades.-----

Disse que os assuntos que o Presidente da Assembleia de Freguesia aqui identificou são muito pertinentes, quer a questão dos canhões anti granizo, quer a questão da água, disponibilidade de água.-----

Em relação aos canhões anti granizo, a sua posição é muito clara, não compete ao Município nem a nenhum município, avaliar se do ponto de vista técnico, que os canhões anti – granizo cumprem com a sua função, e não têm impactos ambientais, nomeadamente na alteração do regime de precipitação. Essa é uma avaliação ambiental que tem que ser feita pelo Ministério da Agricultura e pela APAVDURO, exigindo-se, se necessário for, estudos de avaliação de impacto ambiental, ou seguindo a avaliação que já foi feita noutros países. Ao Município cumpre garantir que as condições de instalação e os locais de instalação dos canhões anti granizo, não se transformam, do ponto de vista da qualidade vida da população, num problema, nomeadamente, por força do ruído que induzem, quando em funcionamento. -----

E portanto, separando estas duas situações que têm responsabilidades diferentes, o Município de Lamego não vai promover a instalação de canhões anti granizo, como ocorreu noutros municípios, mas, também, não vai obstaculizar a sua instalação, desde que, eles não causem transtorno, nomeadamente sob o ponto de vista do efeito do ruído às populações.-----

Em relação à água, tem-se tido um conjunto de intervenções junto do Ministério da Agricultura, quer através do deputado da Assembleia da República, Dr. Hugo Maravilha, que já interpelou várias vezes a senhora Ministra, quer pessoalmente. Ainda na semana passada a senhora Ministra deu o prazer de visitar o Concelho de Lamego, de estar connosco, foi um dos temas que foi abordado. -----

Disse que já expressou a sua opinião sobre este assunto, o Governo fez um estudo nacional sobre o regadio, esse estudo tem que ser transformado em plano e esse plano tem que ser transformado em acções e intervenções concretas que tenham um tomador. Seja definido quem faz., se é o Ministério da Agricultura, se é o Município, se é a Adia, porque é a Adia a Empresa de Desenvolvimento do Alqueva, que está a fazer esses estudos para o Governo, se são associações de regantes. E preciso saber

quem é que vai estudar esses aproveitamentos agrícolas, e quem é que os vai executar. Sem essa definição está-se um pouco de mãos atadas, sob pena de se estar a fazer projetos, como já aconteceu no passado, que vão ser chumbados, porque não têm as condições necessárias e não respeitam a estratégia que o Governo tem para o sector.-----

Entretanto, tem-se disponível, água excessiva para o uso atual, em termos do consumo humano, que é a Barragem de Pretarouca. Há no nosso território, um conjunto de investimentos privados, nomeadamente a construção de charcas por parte dos agricultores, que estão a investir em pomares, que se poderia recarregar, que se poderia abastecer, através de uma conduta forçada que viesse de Pretarouca, e que utilizasse exclusivamente, um percentagem da água em excesso. Sabe-se que não é essa a vontade das Águas do Norte, as Águas do Norte, pois querem fazer uma Mini-hídrica para produzir energia eléctrica, para termas uma fonte de receita, não querem dispensar a água para a regra. Ele também tem aqui que assumir, que quando se construiu a Barragem de Pretarouca, o projeto da Mini-hídrica esteve sempre subjacente como aproveitamento complementar e teve o seu acordo, não vai aqui negar que não foi assim.-----

Mas hoje face à escassez de água com que se confrontam os nossos agricultores e à incerteza do tempo que se vive, nomeadamente, com dois anos consecutivos de seca, a sua opinião é que nós não podemos deixar que esse volume de água de Pretarouca não possa ser ponderado, como utilização imediata para a agricultura. Dado que estudar um novo aproveitamento hidroagrícola demorará muitos anos. Não vai ser para o PRR, não vai ser para o Portugal 2030 a execução de um novo projeto hidroagrícola começado hoje em Lamego. Porque o projeto, os estudos de impacto ambiental, irão consumir, seguramente, uma boa meia dúzia de anos e o PRR ficará ultrapassado e o PREPAC também. Mas este é um assunto premente e que o executivo está a acompanhar, de uma forma muito cuidada, com preocupação. -----

2. PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar nota que, entretanto, deu entrada na Mesa da Assembleia uma Moção subscrita pela CDU, através do membro Alexandre Hoffmann e que prescinde da sua apresentação, portanto o Presidente da Assembleia passará a ler e que a transcreve na íntegra, tendo sido distribuída pelos líderes municipais.-----

“Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático-----

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não se imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.-----

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril e que desarmaram o regime fascista, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.-----

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.-----

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, e sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.-----

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução. Não foi uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude e do povo. -----

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas. Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.-----

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local, hoje ameaçado pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões

administrativas, completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.-----

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.-----

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Lamego delibere:-----

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;-----

2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;-----

3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;-----

4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;-----

5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade”.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, de forma especial o Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, pelas boas condições de fazer esta Assembleia e esta proximidade às populações, neste caso a estas três freguesias, já percebi o seu dinamismo também. Cumprimenta também os ouvintes que seguem esta sessão pelas redes sociais. -----

Disse que, em relação a este assunto, pensa que é importante referir o que já disse há quase um ano. O Partido Comunista Português tem o hábito, diria a tradição de trazer para a Assembleia Municipal um documento que nem sequer está assinado, sabe-se agora que é uma proposta do PCP; mas que, provavelmente é uma proposta transversal para todo o país, diz ele, pode ser ou não.-----

O que é facto é que esta proposta que o PCP traz, é um a proposta escrita pela sua caneta, pelo seu sentido de apreciação, pelas suas palavras, e não com a preocupação de fazer dele um documento que possa ser subscrito por uma Assembleia Municipal. As palavras têm sentido, as palavras têm valor, e há palavras que são conotadas com uma forma de pensar da sociedade, que não é subscrita por uma Assembleia Municipal, neste caso, neste caso está a falar da nossa, está falar do grupo municipal da coligação “Somos Lamego”.-----

Há aqui, claramente, um conjunto de parágrafos com linguagem exagerada, com linguagem que é uma linguagem típica do Partido Comunista Português, que não é

completamente, explicativa e que traduz de forma substantiva aquilo que pode pensar as outras pessoas, certamente o PCP pensa assim. Mas há uma coisa que é certa, nós vamos comemorar condignamente o 25 de Abril. -----

Tem-se um programa que ainda agora o Presidente da Assembleia apresentou, para comemorar o 25 de Abril, portanto não precisamos de recomendações do PCP para comemorar o 25 de Abril, Todos querem comemorar o 25 de Abril, nós vamos comemorar condignamente o 25 de Abril, também a coligação “Somos Lamego”-----

Afirmou que, para ser objetivo e prático a proposta que faz é a seguinte: Para lhe retirar esta carga política que o PCP lhe introduz no texto é deixar-se ficar essencialmente o primeiro parágrafo, E depois o último texto, que diz que se propõe que a Assembleia delibere o que vem a seguir ou, naturalmente, não pode subscrever esta proposta. -----

Portanto, se quem faz a proposta reformular o texto, retirar esta carga semântica de que é composta, deixar ficar o primeiro parágrafo, que “diz o poder local continua vivo e com energia bastante” E as propostas cá estão votarão a favor, pensa ele, se elas forem aceites.-----

Se o PCP não quiser alterar a proposta, o grupo da coligação municipal “Somos Lamego”, não a vão subscrever.-----

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para começar por cumprimentar todos os presentes, e todos que estão a seguir esta sessão através das redes sociais.-----

Afirmou que comemorar Abril, é a afirmar e valorizar o poder local democrático, estão todos de acordo sobre isto. É claro que a Moção que a CDU nos traz aqui, para ser votada, a cerca de um bem que é um bem de todos, de toda uma Nação, de todos os cidadãos portugueses. Realmente cumpriria mais o seu objetivo, e nisso concorda com o membro José Manuel Correia, cumpriria mais os seus objetivos se fosse, diga-se um texto, agregador, e não um texto que deixa algumas marcas e um estilo que hoje nem sequer é temporâneo. É um texto com uma marca e um estilo de outros tempos, felizmente, também, já passados. -----

Nesse aspecto e nesse particular, também julga que e fazia esse apelo, o proponente poderia descarregar do seu texto algumas expressões, que são expressões, que sendo o enfoque, que a CDU dá à revolução de Abril, não é contudo, aquele enfoque que nós hoje se lhe reconhece.-----

Até porque, diga-se, em abono da verdade, esta moção ficaria bem, dita, proferida noutros termos, claro está, qualquer um daqueles partidos, que são herdeiros do 25 de Abril. Todos aqueles partidos que hoje se sentam na Assembleia da República, mas são aqueles que fizeram a revolução, poderiam, obviamente, fazer um texto destes ou desta natureza para aqui se aprovar. Fica bem ao PSD, ficaria bem o PS, ficaria bem ao PCP, ficaria menos bem ao PCP, na medida que também, não se pode ter um texto destes que seja para nós os portugueses e não podemos entregar um texto destes a outras nações, onde os princípios defendidos por este texto, não são respeitados

noutras nações. E da mesma forma o Partido Comunista defende em Portugal, mas não os defende a respeito de outras nações e outros povos.-----

Portanto, nesta perspectiva e na perspectiva que este texto possa ser, realmente, um texto agregador, porque na base dos princípios, realmente a penúltima e última páginas, todos estão de acordo, porque são princípios, a maior parte deles sim, estão inclusivamente constitucionalizados, fazem parte da nossa Constituição.-----

Ainda assim, ele também surgiria que esta moção pudesse ser, diga-se, expurgada de algumas das expressões mais comunistas, porque todos nós passamos a liberdade e a democracia, só que nós não a vemos com as mesmas cores como vê o Partido Comunista. -----

E defendendo todos a democracia e a liberdade que queremos para nós, também para todos os povos, pensa que este texto pode ser aproveitável, se dele, querendo-se repetir, expurgadas certas afirmações que hoje já não fazem parte da ideia moderna e contemporânea que se tem da democracia portuguesa..-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos**, para dizer que estranhou este documento, é contra este documento do Partido Comunista. Não dizem nada, são sempre os mesmos. O partido Chega vai votar contra.-----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann**, começando por saudar todos os presentes na sala e um cumprimento especial, ao Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, que recebe aqui hoje esta sessão.-----

Em primeiro lugar, lamentar, obviamente, aquilo que foi um esquecimento dele, como é óbvio faz questão, depois assinar a proposta, que possa ser fotocopiada com a sua assinatura, em nome pessoal, em nome do partido, em nome da coligação que representa.-----

Em segundo lugar dizer que é fácil dizer aqui que ser um texto congregador, como é fácil também ele aqui dizer, que foi o PCP o único que fez este texto na Assembleia Municipal de abril.-----

Sobre o partido Socialista não deixa de ser extraordinário que um dia depois ou no próprio dia que faz cinquenta anos, num órgão de discussão política, queira expurgar a carga política do maior acontecimento político da história portuguesa.-----

E por fim, em relação ao PSD e CDS, em fim, ele acha que é legítimo não reconhecerem o papel determinado e impar dos comunistas na resistência antifascista. Crê também que é bastante regulador do seu entendimento sobre o que ajudou a construir a revolução, o que em pouco ou nada o surpreende, falando em seu próprio nome, pois enquanto os comunistas foram torturados e mortos, os fundadores do PPD, sentavam-se nas fileiras da União Nacional com Marcelo Caetano. -----

E por fim sobre o Chega, em fim como agremiação possidónia desses obscuros tempos, não esperava outra coisa. -----

Afirmou que estarão e estarão sempre em lados opostos.-----

Interveio o membro **Constantino Vaz** para cumprimentar todos os presentes na sala, cumprimentar de forma especial o Presidente da Junta e Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, bem como toda a população desta União de Freguesias. -----

De seguida afirmou que não era para intervir, mas ao ouvir meterem-se com o partido da liberdade, pois o PCP pensa que a democracia e a liberdade é daquele partido. Não é, nunca foi e nunca será. Com o processo que ele tem tido neste caminho todo, depois do 25 de Abril e até hoje. Pode-se ver o que está a acontecer nesta Europa, continua a ter o mesmo princípio, o mesmo ideal, que tinha do 25 de Abril. -----

Não fala em totalitarismo, não fala em fascismo, falam no sentido do outro lado, isto é fascismo para eles é a direita, o estalinismo para quem é? Os regimes totalitários param quem é? Tudo isto o Partido Comunista não fala. Não fala nisso nem se pode meter com as forças democráticas deste país, pois foram os que defenderam a liberdade.-----

Perguntou quem antes do 25 de Abril, conhecia a luta do Partido Comunista? Poucos cidadãos deste país, talvez 0,5% da população, se calhar nem isso. Mas conheciam dentro do país, aqueles que foram presos, que foram perseguidos, pois o povo sabia quem eles eram. Eles eram, totalmente, desconhecidos. Quem conhecida dentro da população portuguesa, talvez uma percentagem diminuta, a luta deles era uma luta muito pequena. Porque? Não andaram cá fora. E quando cidadão português, vai falar nos partidos todos. Tem-se o partido Socialista, quem é que não conhecia pessoas que estão no PS, que andaram na luta cá fora, na luta contínua. Diga-se a verdade, disse que derivada à sua atividade profissional, sabe o que havia de tertúlias na livraria em Viseu. A discussão política que ali havia, quer de homens de esquerda e de direita que defendiam o regime. Disse que aprendeu política não foi depois do 25 de Abril,, foi naquela altura. E aí esses homens, nenhum deles era do partido comunista, e lutavam e esclareciam. Não foi a luta do partido Comunista, foi a luta do povo português, foi a luta das mães por causa da guerra colonial, ajudou muito, não foi o partido Comunista, nem cá estava. Agora, foi sim a luta do povo português, das mães, dos pais, daqueles que andaram na guerra colonial, foram esses que fizeram a cama e agora o partido Comunista quer-se deitar nela. Cada melro no seu galho.-----

Disse que se está aqui a comemorar o 25 de Abril e o partido Socialista faz hoje 50 anos,. Há uma coisa que o Manuel Alegre, na altura, na luta do partido Socialista, no celebre primeiro congresso, onde ganhou a linha democrática. Mas o Manuel Alegre disse que havia mais de cem maneiras de fazer bacalhau, em regimes totalitários, só há uma maneira, isto diz tudo o que é o partido Comunista.-----

Quanto ao PSD, este partido teve muita gente que também esteve presa, o PSD foi o partido que lutou lá dentro, na Assembleia Nacional, foi ele que, de certa forma, aquela luta de seis pessoas naquela Assembleia , abriu mais os olhos à política nacional, foi ele que deu origem, hoje um celebre meio de comunicação social, que o

Jornal Expresso, que foi uma luta, foi uma abertura de uma claridade política que veio para a nossa sociedade. Pois quando apareceu o Expresso, as sextas-feiras era uma festa no meio jornalístico, havia uma grande procura do expresso. Disse que, pessoalmente, foi várias vezes chamado à polícia, porque na altura havia a censura política, eram livros que saíam mas que desapareciam. Várias vezes foi a polícia e estes perguntavam-lhe a quem vendeu o referido jornal.-----

Também quer dizer que, mesmo aqui em Lamego, profissionalmente, quando veio para Lamego, ele sabe quem eram aqueles, alguns daqueles que eram daquele regime. Compravam-lhe material clandestino, na sua área profissional. Pois apenas uma pessoa, um grande amigo, era do partido Comunista, os restantes não eram, eram do CDS, do PSD e também do PS. Tinha pessoas que o procuravam, até tinham um código que era a “Salgadeira” e ele trazia da salgadeira com o tempo, com confiança. Também sabe como eram os tempos antes do 25 de Abril.-----

Agora vir-se aqui dizer, o facto de andar na clandestinidade, clandestinidade essa que foram e até saíram do PCP. Porque viam o que se passava na Rússia, que é a base deles.-----

Disse ao membro Alexandre Hoffmann que é defensor acérrimo pela liberdade, pelos direitos das pessoas, pelo direito à propriedade, isto é muito importante, não quer ser colonizado, nem querem sê-los, o direito de nos deslocarmos, é este o princípio dos partidos democráticos. -----

Referiu ao membro Alexandre Hoffmann para não falar em coisas, se calhar, pois é jovem, mas não sabe o que se passou. Aconselhou-o para não ir por aquilo que lhe contam. Porque se não fosse o 25 de Novembro, não havia liberdade nesse país. E o partido Comunista o que é que ele estava a fazer. Se o 25 de Novembro não vai no sentido da democracia, tinha-se uma guerra civil., não haja dúvidas. Era mesmo uma guerra civil.-----

Portanto o PSD com muito orgulho formou há quarenta e nove anos, e o Partido Social Democrata é o único partido português que não teve fundos de origem internacional, foi criado, exclusivamente, só por portugueses, financiados só por portugueses, nada teve, nada deve a nenhuma internacional que seja ela qual for. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para perguntar o membro Alexandre Hoffmann se queria fazer alguma reformulação da moção, ao que respondeu que não, que a mantinha nos termos em que foi apresentada. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam na sala trinta e nove membros .-----

Deliberação: A Moção foi rejeitada, com vinte e dois votos contra, dezasseis abstenções e um voto a favor-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para dizer que, como já se referiu aqui hoje, é um dia especial, já explica porque, mas queria aproveitar para fazer uma pequena correção, e em relação ao que disse o membro Paulo Barradas, disse-lhe que não é

filiado no PSD, nem sequer é filiado no CDS, mas é, claramente, uma pessoa comprometida com o projeto da coligação “Somos Lamego”, e é nessa qualidade que aqui está, diria que um fruto da democracia. Provavelmente se não fosse a democracia do 25 de Abril, não poderia estar aqui a vive-la, nesta qualidade. De pessoa, cidadão com compromisso político. -----

Portanto o 25 de Abril não é dos partidos, o 25 de Abril é, claramente, das pessoas, dos portugueses, dos cidadãos, e dele também, que já era nascido, e que lhe deu a oportunidade de estar aqui. -----

As razões que o trazem aqui agora, essencialmente, é uma questão formal, enquanto representante da coligação “Somos Lamego”, quer dar os parabéns ao partido Socialista, porque, exatamente, hoje, dia 19 de abril, faz 50 anos, comemora 50 anos da sua fundação. É, claramente, uma data muito importante. Porque se deve dar os parabéns ao partido Socialista? Porque é um partido estruturante, da nossa sociedade, e durante estes 50 anos, claramente teve um papel importante na construção de uma sociedade livre e democrática. Reconhece isso e pensa que todos os portugueses o reconhecem. -----

Certamente, para os socialistas é uma oportunidade de festa de celebração, de certeza que farão vários momentos e terão várias oportunidades para celebrar e assinalar o que consideram ser um papel relevante nestes 50 anos. Mas pensa que o principal desafio que o partido Socialista tem, é aproveitar este momento de comemoração, este momento de reflexão, este momento de perceber o que é o partido Socialista e aproveitar o seu capital político, para ter uma acção política a favor da sociedade e uma sociedade ainda mais justa. -----

Fazendo as reformas que se impõem. O partido Socialista tem esta responsabilidade, quer pelo seu percurso histórico de 50 anos, quer porque é um partido de Governo, tem esta responsabilidade de fazer as reformas que se impõem fazer, de ter rasgo, ter engenho e ter arte, para fazer de Portugal, definitivamente, um país moderno e um país desenvolvido.-----

Afirmou que nós, “eu cidadão”, tem esta expectativa, e pensa que os portugueses reclamam do partido Socialista este compromisso e esta capacidade, porque é essa a responsabilidade, porque uma vez que é o partido Socialista está a governar. -----

De qualquer das formas, regressa ao princípio, no seu melhor espírito democrático da coligação “Somos Lamego”, reconhecer o papel que o partido Socialista teve nestes anos todos e dar-lhe os parabéns por isso.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento muito especial, hoje a Cepões, que acolhe aqui mais uma Assembleia descentralizada e que muito agrada, logicamente estar aqui.

Vai começar desde já, por agradecer, por parte do membro José Manuel Correia aquele endereçar de parabéns, agradece em nome do grupo municipal do partido Socialista, agradece também em nome dos socialistas de Lamego, de facto, esse congratular. E

isso é também o espírito democrático, porque de facto, o partido Socialista hoje está de parabéns, são 50 anos, e são 50 anos a ajudar também a construir a democracia. Falou e bem, a responsabilidade que o partido Socialista tem, que outros partidos da nossa democracia têm. E a democracia é isso mesmo, é independentemente das suas diferenças, das suas posições, conseguir-se viver em harmonia, em respeito, em liberdade, e com o sentido de se poder dizer o que se pode, o que se deve, quando se quer e como se quer. De facto, o partido Socialista tem uma responsabilidade e é nestas alturas que também ajuda à reflexão, tem de facto essa responsabilidade, não só porque governa, mas porque é um dos partidos da nossa democracia e ao longo destes 50 anos foi chamado muitas vezes a dizer presente. Muitas das vezes discordam por questões ideológicas e sociais, daquilo que é a postura do próprio PS. Mas estar-se-ia, de facto, ser muito hipócritas, se admitissem que o partido Socialista, da mesma forma como o PSD o é de forma alternada, como o CDS o foi também, como o próprio PCP ajudou desde o início, a estar presente, naquilo que são as bases democráticas, seria-se hipócrita, se não se reconhecesse a importância, neste caso do partido Socialista, a importância dos partidos.-----

Disse que nós atravessamos um momento, permitam esta pequena reflexão, momentos diferentes, está-se a atravessar um momento crítico. Também os próprios partidos políticos. Hoje em dia os actos de populismo, os discursos de ódio, e os discursos de fractura, a ele enquanto democrática assustam-no, porque a história diz-nos, principalmente a história do século XX que, grandes ditaduras e grandes ditadores também chegaram ao poder pela via democrática, e usando muitas das vezes estes discursos dissonantes.-----

É um facto, hoje em dia, a juventude, está distante daquilo que é a vida cívica, a vida política, mas há uma coisa de que se orgulha todos os dias, diz isto de forma clara e evidente, é militante do partido Socialista e sendo militante do partido Socialista não faz dele menor cidadão de qualquer outro que não seja militante de qualquer partido.

Diz isto de forma viva, hoje nos 50 anos do partido Socialista, tem muito orgulho do partido Socialista, tem também muito orgulho no passado o partido. Mesmo com os erros que foram cometidos, só não comete erros quem nada faz. E portanto, volta outra vez a agradecer essas considerações.-----

De seguida disse que aquilo que o traz aqui tem a ver com o facto que foi visto, certamente por grande parte dos presentes, e que lhe merece um conjunto de comentários. Tem a ver com uma reportagem que saiu na SIC, há uns dias atrás, sobre a situação que se prende com o Multusos e sobre um conjunto de considerações, que foram ditas na reportagem, em relação à possível, vai repetir, possível responsabilização pela situação que se criou depois de 2013.-----

Há uma questão que não vai estar aqui a discutir, diz desde já, não vai aqui a discutir se alguém tem que pagar multa ou se alguém tem entregar dinheiro, não é da sua

responsabilidade, nem ele vem aqui fazer qualquer tipo de juízo de valor, isso compete a quem de direito. Compete, meramente a que tem de direito.-----

Mas há considerações políticas que ele tem de as fazer, tem que as fazer, concretamente, em relação ao edificado. Uma coisa é certa, o grupo municipal do partido Socialista alertou, por diversas vezes, ver-se-á a resultado final, mas alertaram por diversas vezes, como a forma, como todo aquele processo teve envolvido, não estaria e não coordenaria pelos melhores caminhos, da melhor forma. Relembrou também, que essa é a parte da questão, temos que ter memória. O edifício, logicamente, quando numa primeira fase que foi entregue, estaria muito mais operacional, do que quando foi entregue na segunda fase.-----

Disse que é bom recordar outra vez esta situação. Lembra-se, perfeitamente, que aquela cafetaria ou espaço que estava na parte superior do Multiusos, numa primeira fase estava pronto, pronto, praticamente pronto a ser utilizado. Numa segunda fase, depois da intervenção da retirada da cobertura e da nova intervenção não estava. Mas o Município recebeu-a assim. -----

E é verdade e lembrar, por exemplo, das palavras do Vereador José Pinto, ao fim de um ano de mandato, do partido Socialista, do estado de degradação visível com que se encontrava o Multiusos, tem toda a razão, é um facto, o problema que volvidos quase cinco anos, ele é quase obrigado a ter de voltar a bitola para o outro lado. É que o estado de degradação é cada vez maior. -----

É verdade que já lá se fizeram várias atividades, mas também, se sabe, perfeitamente, que todas as atividades que lá foram feitas, foram extremamente condicionadas. Sabe-se que aquele parque de estacionamento nunca esteve operacional, não tem condições para estar operacional, aquela cafetaria não é mais que um arremessado, neste momento, de ferro, não tem uma única infra-estrutura instalada no seu interior.

Também quer lembrar outra coisa, e aqui é lembrar principalmente ao PSD. Afirmou que se lembra, perfeitamente, que o PSD em 2017 disse do pavilhão Multiusos aquilo que Maomé não disse do Toucinho, o que disse na altura, o que foi dito, por muitos, que, inclusivé, estão aqui hoje, o que foi dito na altura sobre aquilo que tinha sido sobre o processo do Multiusos. Bem sabe que quando se zangam as comadres sabem-se as verdades. Mas o que foi dito na altura. Disse que se espanta, porque teve oportunidade de ler aquilo que foi o comunicado do PSD, espanta-lhe o volte face num curto espaço de tempo. Agora, parece, que afinal já nada daquilo que foi dito, 2017, corresponde aos dias de hoje. Esta é a apreciação política que se deve ter, é aquilo que foi dito antes, pelos vistos, agora já não colhe, ficaria bem ao PSD que houvesse de facto alguma coerência. -----

Em relação à reportagem em si, não é novidade para ninguém, quanto às questões que têm a ver com o Tribunal de Contas, questões judiciais, mesmo sabendo e já o disse, por mais que uma vez, que a justiça nem sempre é célere, exige-se que os factos sejam apurados, e que as pessoas sejam confrontadas com a realidade. Mas

também para haver justiça tem também que haver um espaço temporal que seja digno. Ninguém pode esperar se faça justiça ao fim de vinte ou trinta anos. Isso não é justiça. Isso é brincadeira. E é por causa dessas brincadeiras, voltando ainda ao início da sua intervenção, muitas das vezes poe-se em causa o Estado do Direito.-----

Usou da palavra o membro **Viriato Lemos**, para dizer que não recebe lições do Partido Comunista, conjugado pelo deputado municipal aqui presente.-----

Felicitar o Partido Socialista pelos 50 anos de existência pela democracia.-----

A sua consternação às declarações polémicas do Presidente Lula da Silva, que proferiu na China em Relação à Guerra na Ucrânia. É de lamentar!..-----

Sem problematizar a evolução urbana, Lamego apresenta um défice em relação ao período antes do 25 de abril de 1974. Naquela época, privilegiava-se a ecologia e o manto verde rodeava Lamego e, por isso, era considerada a “Cidade Verde”. Hoje, Lamego é uma cidade desestruturada, devido à cegueira de quem dirigiu esta urbe. Surgiram novos bairros e os executivos camarários nunca tiveram a preocupação de impor critérios de arquitectura que respeitassem e valorizassem a urbe medieval. Devido ao desvario da construção, as gerações futuras questionarão as gestões camarárias que se mantiveram coniventes, silenciosas e perdulárias. Os investimentos camarários foram e são proporcionais ao aumento da degradação e do disforme que os vindouros terão de resolver. -----

Desde o 25 de abril de 74, foram eleitos muitos deputados municipais, mas, as suas intervenções, não foram valor acrescentado. A conivência, o silêncio e a utilização do garrote sobre aqueles que tinham e têm uma visão de futuro, resultou no marasmo, que todos conhecemos. Discursos retóricos e desfasados da realidade ganham votos, mas os munícipes perdem qualidade de vida. Se as promessas eleitorais fossem consequentes, Lamego não definharia e seria a centralidade da região duriense, hoje, património da humanidade.-----

Se não veja-se:-----

A ausência da representação da Câmara Municipal no evento cultural, no Convento de Ferreira, não envergonhará o executivo? Em contrapartida, estiveram presentes os “pesos pesados” da Câmara Municipal de Tarouca. Está de parabéns o Presidente da Junta de Ferreira pela sua dissertação.-----

A criação de uma delegação da Protecção Civil em Britiande contribuirá para haver mais segurança Se a moda pega, vai ser um regabofe. Estamos habituados, seguimos o exemplo do poder central com as polémicas da TAP, CP, Educação, Saúde, casos e casinhos, dos atropelos do dossier habitação, da nomeação dos amigos para cargos da administração.-----

Não é de ponderar a substituição das árvores que degradam as vias públicas da cidade por outras e que respeitem a nossa flora. Será cegueira, ou é incompetência?

Para quando, o estudo da qualidade da água das fontes públicas? A água é um bem a preservar.-----

Para quando, a licença para a utilização do heliporto? Provavelmente, esqueceram-se dele.-----

Para quando, a rendibilidade do piso superior do “mercado municipal”?-----

Para quando, a eletrificação das janelas manuelinas? É pena, não dá votos!...-----

Para quando a requalificação do cruzamento da Ortigosa?-----

Para quando a colocação da feira semanal em local apropriado? -----

Para quando, a colocação de barreiras na rua Mazedo? Serão apoiantes da velocidade e da ilegalidade?-----

Para quando, a tapagem daquela vergonhosa pintura na parede do Teatro Ribeiro Conceição? Porventura, é o contributo para o antiarte.-----

Para quando, a substituição das tampas das caixas dos esgotos? Talvez o barulho seja sinónimo de silêncio.-----

Para quando, a melhoria do parque dos Remédios? O município não assumiu essa responsabilidade?-----

Para quando, o passeio na estrada que liga a urbanização Encosta do Sol a Nazes? Quiçá, a criação da Delegação da Proteção Civil, em Nazes, resolva o problema.-----

Como os lamecenses apreciam corrida de cavalos, no estilo passo travado, para quando, a criação da pista equestre?-----

Para quando, o fim das obras que decorrem no “Bairro da Ponte”. Possivelmente, mais uma obra de Santa Engrácia.-----

Parabeniza:-----

O Presidente de Junta de Lalim, pelo êxito do concerto de Páscoa pela Banda de Lalim e da Queima do Judas.-----

O Executivo lamecense, pela obra “Percurso pedestre associado a núcleos arquitectónicos da Ordem de Cister. É um investimento que valoriza a paisagem duriense.-----

Felicitar a Senhora Sabina de Jesus da Rua Nova, pelos seus 102 anos. Merece a Medalha de Mérito Municipal – Grau de Ouro.-----

Felicitar o Sr. Ricardo Pereira pelas suas apresentações dos eventos...são brilhantes! Bem-haja!-----

O Vereador José Pinto, pela discricção como organizou eventos nos últimos dias! Bem-haja!-----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann**, para se referir ao Presidente da Câmara, dizendo-lhe que após as recentes notícias sobre a decisão última do Tribunal de Contas, sobre o processo do Multiusos de Lamego, cabe-lhe apenas perguntar o que esta decisão poderá significar a nível de encargos para a Câmara Municipal de Lamego e, porventura, enfim, o seu próprio endividamento sobre a questão.-----

Noutro aspeto volta a insistir e fará as vezes que forem necessárias, sobre o porque da Câmara Municipal de Lamego, persistir no incumprimento legal, naquilo que é a atribuição do suplemento penosidade e salubridade aos trabalhadores do Município.

Este incompreensível posicionamento, por parte do Executivo, subtrai uma -----
 retribuição suplementar aos seus trabalhadores, ataca por outro lado, os seus direitos
 laborais, e coloca ainda, o Município numa delicada posição de ilegalidade.-----
 Disse que as respostas que alguns autarcas a nível do distrito insistem em
 providenciar sobre a pouca clareza da lei, não satisfaz, naturalmente, os trabalhadores
 destes municípios, e, certamente, não satisfaz os trabalhadores de Lamego, que face
 a esta insistência, por parte da Câmara Municipal, serão obrigados junto dos
 movimentos sindicais e de classe, a avançar por outras formas de luta e utilização
 ultimas dos recursos jurídicos necessários para garantir um direito que é seu, por força
 de Lei. -----

Relembra também, algo tão simples, como de dar cumprimento às deliberações e
 recomendações do mais importante órgão autárquico, Assembleia Municipal, e sentido
 faz a pergunta em que ponto se encontra e se irá ou não por fim a Rua 28 de Maio,
 mudar o seu nome para Rua da Liberdade. Será de aproveitar, aliás, o facto, de se
 comemorar o 49.º da revolução, e acabar de vez, com simbolismos alusivos à ditadura
 militar e fascista em Portugal.-----

Por fim e de forma telegráfica gostaria que o Presidente da Câmara respondesse às
 seguintes questões:-----

Porque se equaciona o Grupo de Dança Trança não possa utilizar mais as instalações
 do Teatro Ribeiro Conceição, e portanto quais são as respostas e explicações do
 Município sobre a questão;-----

Quando se pode aguardar conclusões e o projeto de recuperação do Jardim da
 República;-----

Quando serão feitas diligências da Câmara, para que a prestação de serviços
 relacionada com a higiene e a limpeza das ruas da cidade, proporcionem aquilo que
 os munícipes exigem, que é uma cidade mais asseada e cuidada;-----

E por fim haverá ou não revisão revogação do protocolo com a Fundação de
 Serralves, dada a pouca proficuidade do mesmo, para não afirmar mesmo a inercia e
 desinteresse total da ilustre Fundação por Lamego e Concelho, que a juntar, nada diz
 aos lamecenses e à cultura do Concelho e da Região.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que as questões colocadas pelo
 membro Pedro Torres, têm que ver com um relato que o Tribunal de Contas fez, sobre
 a Conta de Gerência do ano de 2014 do Município de Lamego, e onde aborda um
 conjunto de questões relativas ao pavilhão Multiusos, que não são de 2014, são de
 2013 e de 2016, nomeadamente, relativos à extinção e internalização da empresa
 Lamego Renova.-----

A reportagem da SIC, de facto, passa uma ideia que o membro Pedro Torres que,
 aqui, também assume, de que o pavilhão Multiusos, é um equipamento que não tem
 condições de funcionamento, o que de todo não é verdade. -----

Afirmou que a Vice-Presidente ausentou-se da Assembleia Municipal par ir ao pavilhão Multiusos, abrir a Montra de Emprego e Oportunidades, um evento que é a segunda edição que se realiza, no âmbito do projeto CLDS+Lamego Contigo, mas que se iniciou em 2012, no pavilhão Multiusos. Na altura com uma promoção muito vincada pela Escola Secundária Latino Coelho e que se chamava Montra de Oportunidade. Que trazia a Lamego, como hoje se terá, toda a oferta formativa deste Concelho, toda a oferta profissional desta Região, e a oferta de Ensino Politécnico e Universitário, nomeadamente, nesta edição com a nossa Escola e com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, bem como com a UTAD, nas edições passadas com todas as Universidades do Norte e Centro do país, incluindo a Universidade de Salamanca.-----

O pavilhão Multiusos tem utilização diária, nomeadamente em termos desportivos, com treinos quer de futsal, quer do Ténis de Mesa. Realizou desde que abriu no início de 2'15, mais de 260 eventos, dos quais, cerca de 50, realizados no mandato do último executivo municipal. -----

O pavilhão Multiusos que foi escolhido para acolher o centro de vacinação e portanto, foi o único equipamento municipal que funcionou durante a pandemia, tendo por ali passado toda a população do Concelho de Lamego foi vacinada, e ainda cidadãos residentes noutros concelhos, como ele próprio, vieram ali para serem vacinados. -----

O pavilhão Multiusos esteve, está no relatório de atividades, que vai ser discutido mais à frente, durante o ano de 2022, mais de 1750 horas de utilização e passaram por ali, mais de 20 mil pessoas. Nestes anos de atividade, passaram já centenas de milhares de pessoas pelo pavilhão Multiusos, nestes 260 eventos, e na utilização diária que tem pelas nossas associações e coletividades. -----

O que a reportagem da SIC passou, de que o pavilhão estava abandonado, é, obviamente, falso, e é, obviamente, uma indignação para todos aqueles que utilizam o pavilhão e sabem que ele está a funcionar. E é, obviamente, uma indignação, para quem não conhecendo o equipamento, pensa que ele está fechado, tendo custado tanto dinheiro.-----

Quanto ao custo a reportagem da SIC diz que, o Município assumiu quase, vinte milhões de euros, de custo, todos sabem que isso também é falso. O empréstimo do multiusos nunca foi de vinte milhões de euros, foi menor que isso. O valor que foi assumido, está neste relato deste tribunal de contas, em 2016 foi de dezasseis milhões de euros, e portanto a reportagem da SIC também aí falha, redondamente, e dá informações erradas aos telespectadores.-----

Afirmou que, relativamente a um aspeto, que foi discutido nesta Assembleia, por múltiplas vezes, foi discutido nas reuniões de Câmara, que tem a ver com a reparação que foi feita da cobertura do Multiusos, e que foi, integralmente, assumida pelo consórcio construtor, é também é referido no relato do Tribunal de Contas. A

reportagem da SIC conclui de forma falsa, de que essas obras foram pagas pelo Município.-----

Para finalizar disse e numa questão em que responde também ao membro Alexandre Hoffmann, que falou numa decisão do Tribunal de Contas. Não há nenhuma decisão do Tribunal de Contas, há um relato preliminar do Tribunal de Contas sobre a Conta de Gerência de 2014 do Município, que foi remetido a cerca de 50 visados para sobre essas conclusões se pronunciarem, com vista à emissão do relatório final.-----

Grande parte dos visados estão sentados nesta sala, a começar por ele próprio, muitos membros do Executivo e da Assembleia Municipal, do mandato de 2013 a 2017, quase todos fizeram a sai contestação, haverá um relatório final e sobre esse relatório final, então, tirar-se-á conclusões. -----

Também , neste aspeto, a SIC cometeu um erro, de dizer que havia uma decisão do tribunal de contas que não há, e de dizer que havia responsabilidades apuradas pelo Tribunal de Contas, que não estão, sequer, traduzidas nesse relatório. -----

Sobre o relato em concreto, o relato identifica quatro questões que merecem reparo, e eventual sanção, por parte do Tribunal de Contas. Tem que ver com um contrato de arrendamento, se o contrato de arrendamento foi ou não legal. Disse que a este respeito quer dizer que o processo do pavilhão Multiusos é o processo mais transparente e escrutinado, que alguma vez se realizou na Câmara de Lamego.-----

Porque desde de 2008, da auditoria que foi feita às Contas do Município de 2008, que o processo do Multiusos foi passado a pente fino, foi apreciado pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, Pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, e por outras instâncias judiciais. E nessa altura, foram remetidos ao Tribunal de Contas todo o processo, quer da constituição da lamego ConVida, quer da lamego Renova, desde 2006, e portanto, toda essa informação foi apreciada pelo Tribunal de Contas, e desde esse relatório a Conta de Gerência de 2008 do Município, que todos os processos subsequentes, foram remetidos ao Tribunal de Contas, nomeadamente o contrato de arrendamento.-----

Disse que na altura, foi feita uma proposta de contrato de cessão de exploração, que o Tribunal de Contas não visou, chumbou, e subseqüentemente, foi enviado uma minuta de contrato de arrendamento para apreciação pelo Tribunal de Contas, sem visto prévio.-----

Entendeu o Tribunal de Contas que, nos termos da Lei, os contratos de arrendamento não estavam sujeitos a visto prévio e devolveu-o o contrato. Mas fez mais, uma vez que aquele contrato era o seguimento de um contrato de cessão de exploração que tinha sido objeto de recusa de visto, mandou esse contrato de arrendamento, para apreciação em sede de apuramento de eventuais responsabilidades, para verificação da sua legalidade. -----

Portanto, a minuta do contrato de arrendamento, foi a visto prévio, não foi só devolvida pelo Tribunal de Contas, por não estar sujeito a visto prévio, foi objeto de análise

posterior, em sede de apuramento e eventual ilegalidade e responsabilidades. Esse processo não teve qualquer seguimento, foi arquivado, ou seja, foi considerado, o contrato de arrendamento era um contrato de arrendamento, e era válido e não estava sujeito a visto. -----

Quando se assinou o contrato de arrendamento com base nessa minuta de contrato que foi submetida, obviamente algum tempo depois, o que levou a que, o prazo do contrato fosse diferente, que entretanto, o tempo tinha decorrido e o valor do contrato também fosse diferente, porque entretanto, já não havia tantas rendas para pagar o futuro. O Tribunal de Contas entende agora, que não é um contrato de arrendamento e que é um contrato de locação financeira, e portanto estava sujeito a visto prévio. Estava sujeito a visto prévio, ele foi enviado a visto prévio, se o Tribunal de Contas entendia que era de locação financeira, não o devia ter devolvido e devia ter visado ou não visado, recusado o visto e se tivesse recusado o visto, não havia contrato de arrendamento e hoje não se estaria a discutir isto. A posição do Município é de que se cumpriu integralmente as nossas obrigações de remessa ao Tribunal de Contas da minuta do contrato de arrendamento para visto prévio, o Tribunal de Contas entendeu que não estava sujeito a visto e por isso o contrato foi assinado.-----

Nesse sentido, se o contrato a seu ver é legal, porque é legal, o pagamento das rendas também foi legal, portanto nada há imputar nesse aspeto.-----

A segunda questão tem que ver com o processo de internalização da Lamego Renova que foi aprovado nesta Assembleia e que foi discutido até à exaustão nesta Assembleia Municipal ao longo de muitas sessões, de muitos anos e por vários mandatos. Informou que, o que diz o relato a que apesar dos sócios privados terem feito a cessão da sua posição contratual, ou seja, terem feito a entrega das suas acções à própria sociedade, o Município se mantinha sócio minoritário. Mas não é essa a questão que está em discussão, não foi esse o argumento que foi apreciado na altura pelo executivo e por esta Assembleia Municipal, para assumir que, a Lamego Renova era uma empresa municipal e que nos termos da Lei 50/2012, obrigatoriamente, tinha que ser extinta. E a extinção poderia ter sido feita por várias formas, e a forma que foi escolhida pela Assembleia Municipal, já tinha sido recomendada, anteriormente, foi a da internalização. O que nós dissemos na altura, com base em parecer jurídico que se obteve, foi que, uma vez que os privados tinham feito a cessão das suas acções à própria empresa, nos termos do Código das Sociedades Comerciais é que as acções ficam com os direitos de votos suspensos. E o único accionista que ia à assembleias-gerais, e que tinha direito a voto, era o Município, ou seja, o Município tinha a totalidade dos direitos de voto na Lamego Renova.-----

E portanto, controlava, integralmente a empresa. E o que diz a Lei é que são empresas municipais todas aquelas em que o Município detenha a maioria do capital ou a maioria dos direitos de voto ou uma posição de controlo por qualquer meio.

Portanto, era, absolutamente, inequívoco, de que esta situação se verificava. Mas isso até foi objeto de discussão e controvérsia na reunião de Câmara. E na altura os vereadores do partido Socialista, propuseram que se notificasse os parceiros privados, os antigos sócios da Lamego Renova, para eles se apresentarem na assembleia-geral, para verificar que essa condição, de sócio único com direito a voto se verificava ou não. -----

O que aconteceu a que eles responderam foi que, a partir da cessão da sua posição accionista à própria Lamego Renova, não tinham nada a ver com a gestão da empresa, não iriam voltar a participar na gestão da empresa. Ou seja o Município estava, efetivamente, sozinho na gestão da empresa que se transformava numa empresa local. -----

Outra questão que o relato refere, que neste sentido, o processo da Renova, se não era pelo processo de extinção de empresa local, tinha que ser sujeito a visto prévio. Ora, se era por extinção obrigatória de empresa local, nos termos da Lei 50/2012, não havia lugar a visto prévio, havia como se fez, lugar ao processo de extinção, liquidação e internalização da Lamego Renova, e posteriormente, da remissão ao Tribunal de Contas do processo, que foi o que aconteceu. -----

Em relação aos suprimentos, que é a quarta questão que é levantada pelo Tribunal de Contas neste relato. Afirmou que os suprimentos são um empréstimo e foi feito um empréstimo para a Lamego Renova, para evitar que a Lamego Renova entrasse em cumprimento junto da Caixa Geral de Depósitos em relação às prestações do crédito que tinha sido contraído. E porque, porque se a perspetiva era que um dia o Município viesse à assumir, por via da internalização, a Lamego Renova, não interessava aceitar a Lamego Renova, com um agravamento enorme, gravíssimo, que o contrato de financiamento previa, no caso de incumprimento. -----

Ou seja, se houvesse incumprimento por parte da Renova, a taxa de juro, que era uma taxa muito favorável. Aliás o anterior executivo tentou substituir este empréstimo por um novo empréstimo e as condições financeiras que obteve no mercado eram piores, portanto o empréstimo que foi contraído em 2008, que vigora hoje, é um empréstimo em boas condições, mas teria um agravamento enorme da taxa de juro. Eventualmente poderia ficar na situação de podia que ter ser liquidado de imediato. Isso geraria um conflito jurídico/judicial, entre a Caixa Geral de Depósitos e os sócios da Renova, incluindo o Município. Nesse sentido foram feitos os suprimentos, a Lamego Renova cumpriu com todas as suas obrigações perante a Caixa Geral de Depósitos, e quando houve a internalização da Lamego Renova, o valor do empréstimo que foi internalizado estava deduzido no valor de suprimento.-----

Em todo o caso os suprimentos foram empréstimos e era uma dívida da Renova à Lamego ConVida, quando a ConVida é extinta, essa dívida passou a ser ao Município. Quando a Renova é extinta e internalizada a dívida entre dívida e crédito, obviamente desapareceu. -----

Mas veja-se a situação oposta, veja-se se fossem os privados a fazer o suprimento o que é que tinha acontecido? Os privados fariam o suprimento, a Lamego Renova pagava parte da dívida, a dívida era transmitida para o Município, a dívida bancária de dezasseis milhões de euros e os suprimentos de um milhão e meio de euros, que eram dívida aos privados e os privados iriam pedir, obviamente, o reembolso desses suprimentos e o seu pagamento, ou por vontade do Município ou judicialmente através de uma acção. -----

Portanto não há aqui nenhum prejuízo do Município ou da Lamego Convida ou ainda do interesse público nem de um euro, muito menos de um milhão e meio de euros que foi feito em suprimento de forma legal. Porque o Tribunal de Contas parece entender um pagamento, mas não é um pagamento, é um suprimento e o suprimento é um empréstimo, não é um pagamento.-----

Disse que todas estas questões foram objeto de contestação e aguarda-se o relatório final, esperando que, a respostas que se deram de início ao Tribunal de Contas tenham sido satisfatórias para ultrapassar este problema. -----

É óbvio que não pode deixar de dizer que se está a tratar de um processo que nasceu em 2006, numa altura em que as parcerias público/privado, eram generalizadas. Numa altura em que o Estado já estava a fazer parcerias públicas/privadas há muito tempo, já tinha feito a nova ponte sobre o Tejo, já tinha feito secut's, já tinha feito um conjunto enorme de equipamentos públicos por via da parceria público/privada, e os municípios também estavam a fazê-la.-----

Aliás o Município de Lamego já tinha outra parceria público/privada para o Parque do Espírito Santo, onde tinha uma quota de 20%. E portanto, o que na altura era um modelo generalizado e sem grande conhecimento de bases legais, sabe-se hoje que é um modelo muito contestado e muito polémico, e do qual, em algumas situações terão resultado erros e prejuízos para a entidade pública e para o interesse público.-----

Nós podemos ter cometido erros, porque se seguiu um modelo, que, de facto, não tinha, eventualmente, a maturidade e o suporte necessário. Mas fez-se tudo para que os interesses do Município fossem acautelados e está-se convicto que assim foi. -----

Usou da palavra o membro **Domingos Nascimento**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, cumprimenta com especial ênfase às pessoas desta União de Freguesia, na pessoa do seu Presidente de Junta. -----

Disse que vem aqui de uma forma muito sintética, falar de um assunto que aqui veio falar na outra Assembleia. Tendo em conta que há dimensões da vida em comunidade, que nos devem juntar, que nos devem unir, que devem aproximar vontades, e está a falar dos grupos municipais que constituem esta Assembleia.-----

E sendo que, havendo várias dessas dimensões que nos devem unir, há uma delas que é, efetivamente, a mais relevante. Está a falar da saúde. E na verdade, importa alertar para o facto de estar a acontecer uma mudança na organização das respostas

em saúde, para a cidade de Lamego e para esta região, e que esta Assembleia deve estar muito atenta.-----

Como se sabe, o Sistema de Unidades Locais de Saúde, vai ser, praticamente usada em todo o país. Esta região não é exceção, e vai-se ter, certamente, uma Unidade Local de Saúde (ULS), proximamente.-----

Entretanto o tempo vai passando, as coisas já estão a acontecer e está iminente o seguinte: A desintegração do Agrupamento de Saúde, que tem sede em Lamego, ou seja, com consequências que constituem uma perda para esta Cidade e para esta região. E de seguida a criação de uma ULS que, neste momento, não se sabe em que moldes. Diz que ainda se pode ir a tempo de reverter, eventualmente, este caminho, da desintegração do Agrupamento de Centro de Saúde do Douro Sul. Permitindo, manter em Lamego um serviço que faz de Lamego uma centralidade. A desintegração destas estruturas seria, segundo a sua opinião, uma perda muito significativa.-----

No entanto, todos sabem qual é a sua opinião relativamente à criação das ULS'S, ele defende a criação das Unidades Locais de Saúde, defende ainda mais a criação de sistemas locais de saúde, envolvendo as dinâmicas municipais e as instituições.-----

Deixa este alerta, gostaria também de perguntar ao Presidente da Câmara se, eventualmente, conhece algumas destas movimentações, se os autarcas foram chamados a pronunciar-se à cerca deste caminho e alertar todas as forças políticas aqui representadas, para a necessidade de nos unirmos na defesa da nossa Cidade, do nosso Concelho e da nossa região.-----

Numa outra área, disse que é muito sensível à qualidade de vida das pessoas, sejam as pessoas que vivam na cidade ou nos espaços mais rurais, e por isso, felicita a criação da Unidade de Proteção Civil em Britiande. Porque é uma forma de levar para as freguesias uma dinâmica de proteção de pessoas.-----

A proteção civil somos todos nós, e é verdade é que, se ela não estiver organizada, certamente as pessoas estão mais fragilizadas. -----

Também valorizar o trabalho que tem sido feito, no âmbito do apoio social, nomeadamente, na circunstância de crise em que vivemos. E o Município através do Conselho Local de Acção Social e da sua estrutura que vão existindo das instituições, têm feito um trabalho, no sentido de minimizar o impacto das dificuldades que o país vive e que a nossa Cidade e o nosso Concelho também não ficam de fora.-----

Salientou que se precisa de desenvolver no nosso território, e fixar pessoas, a agricultura é uma boa forma, a agricultura que existe no nosso território é já uma agricultura muito modernizada, muito virada para o futuro, e de, alguma forma, valoriza visão que o Presidente da Câmara tem relativamente à questão do regadio. Porque temos, efetivamente, uma estrutura ótima, que pode transformar toda esta zona, nomeadamente, a zona mais sudeste do Concelho, uma zona fértil, uma zona viável em termos agrícolas.-----

Por isso as palavras que o Eng.º Filipe aqui deixou, são por ele reforçadas e acha que se devia não ficar para trás, no que diz respeito à valorização do que resta da maçã e da fruta em geral. Temos territórios que foram vanguardistas ao longo deste século passado e atualmente no que diz respeito da fruticultura, e que de alguma forma tem tido menos visibilidade do que alguns concelhos que, entretanto, começaram bastante mais tarde.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer no que diz respeito à temática da saúde já iniciou contactos com o representante do grupo municipal do partido Socialista e da coligação “Somos Lamego” vai falar também com os restantes representantes, para no sentido de na próxima Assembleia Municipal trazer uma proposta de composição de um grupo de trabalho dentro da Assembleia, para acompanhar os desenvolvimentos da temática da saúde, tal como já se tinha falado na anterior sessão.-----

Usou da palavra o membro **Paulo Barradas**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, queira o Presidente da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções, receber o seu pedido de desculpas, por não ter agradecido a sua receção,. Quer felicitá-lo, porque realmente o seu dinamismo enquanto Presidente de Junta, não o precisava de dizer, todos o conhecem e também deseja que no futuro próximo executivo da Câmara Municipal de Lamego possa fazer com o Presidente da Junta outras parcerias, que transformem esta União de Freguesias numa União de Freguesias ainda mais próspera. -----

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse-lhe que não haja dúvida que o pavilhão Multiusos de Lamego, diga-se que é o pavilhão Multiusos do nosso descontentamento. Aquilo que realmente esteve na reportagem da SIC, ele é tentado a concordar com o Presidente da Câmara, porque o pavilhão não está abandonado, de facto. Agora, o que não é menos verdade é que o pavilhão Multiusos de Lamego tem um ar de abandono. E quem o visita por dentro dessas inúmeras atividades que o Presidente da Câmara aí nomeou, pareceu que foi o Presidente da Câmara escreveu o comunicado do PSD, da exactidão das informações. Mas como ia dizer quem visita o pavilhão por dentro, ou pelo menos algumas partes visitáveis, pensa algo quem o vê fechado. por fora, pensa, necessariamente, outras coisas. Não haja dúvida que alguns materiais não ajudam à melhor imagem daquele equipamento, que é aquele equipamento de quem o vir de fora, está mais gasto do que o Castelo de Lamego na aparência. E também não é menos verdade, que o facto da cafetaria nunca feita, nunca foi reconstruída. E disso o Presidente da Câmara não fez referência, porque em fim, resolveu focar os aspetos positivos. A nós convém também aceitá-los, obviamente, mas também não deixar cair. Pois o pavilhão Multiuso teve conclusão em 2014, estamos em 2023, quase passados dez anos. -----

Até pensou que o Presidente da Câmara tinha voltado a Lamego para resolver esse problema, porque não ficou resolvido. O Presidente da Câmara, também, até ao final

deste mandato, pelo menos, em fim, se as coisas correrem bem, correrem de dar uma resposta a essa questão.-----

Referindo-se ao Presidente da Câmara, diga-se, até porque já falou várias vezes nesta questão, nesta Assembleia Municipal, pois percebeu o alcance da ideia do pavilhão Multiusos, até porque a seu ver e quer-se repetir, crê que o Presidente da Câmara concordará com isso, estaria muito em ligação daquilo que se pretendia fazer no Complexo Desportivo de Lamego, enquanto Centro de Alto Rendimento.

Mas em boa verdade, tem-se aqui como resultado final, é uma tentativa falhada em muitos aspetos.-----

Claro está, que ele não se vai referir à questão do relatório do Tribunal de Contas. Porque se a questão não fosse assaz complexa, desse ponto de vista, volvidos estes dez anos , hoje não se estava a falar do Tribunal de Contas inclusivé. Portanto, não haja dúvida que o Tribunal de Contas levanta muitas questões, muitas dúvidas sobre a maneira, sobre a arquitectura financeira se escolheu para se levantar aquele equipamento, sobre isso não faz comentário nenhum, até porque o Presidente da Câmara vai ter que dirimir isso com o Tribunal de Contas. Agora esta opinião do Tribunal de Contas, não é a opinião do Tribunal de Contas de 2023. Como sabe é uma opinião que tem precedentes em outros documentos também do Tribunal de Contas. Mas sobre isto não é especialista, nem do Direito das Sociedades nem qualquer outro tipo de direito, não é advogado, deixa isso para a Câmara Municipal resolver com o Tribunal de Contas. -----

Disse que só quer deixar aqui uma pequena diferenciação, que essa faz toda a diferença, é que quando o Presidente da Câmara diz o Executivo decidiu, foram os vereadores da coligação que decidiram. Quando o Presidente da Câmara diz aqui várias vezes que a Assembleia decidiu, nomeadamente a internalização da Lamego Renova, essa famigerada sessão, se não se engana, de 29 de novembro de 2'016, de facto a Assembleia decidiu. Mas que votou favoravelmente, foram os membros da coligação e os membros do partido Socialista votaram contra. Porque, mormente, o Presidente da Câmara pensar que todo este processo, era um processo que havia dentro da legalidade, passe a expressão, não quer por outra conotação que não seja esta extremamente jurídica, o partido Socialista a este respeito teve sempre imensas duvidas. E essas imensas dúvidas demonstraram sempre, nos votos contra de toda essa questão, em todos os momentos o partido Socialista votou contra. -----

Portanto quando o Presidente da Câmara diz que a Assembleia votou a internalização da Lamego Renova, é uma maneira fácil de não dizer que o partido Socialista nessas votações esteve contra.-----

E era essa, diga-se nuance, essa perspetiva, que ele vinha aqui repor, até porque isto fica na ata da Assembleia. Lembrar-se que nessa famigerada Assembleia Municipal, os membros da Assembleia do Partido Socialista votaram contra, inclusivamente isso está nominalmente dito na ata.-----

Finalmente outro assunto que já não tem que ver com a questão do pavilhão Multiusos, assim quer dizer ao Presidente da Câmara o seguinte, pois constou que houve alguma intenção do Executivo camarário, de criar um mega agrupamento, juntando os dois agrupamentos de escolas. Por isso, quer dizer ao Presidente da Câmara que o partido Socialista estará, sempre, contra essa ideia de fazer um só mega agrupamento de Lamego. Portanto enfraquecendo projetos escolares de cada um desses agrupamentos, projetos pedagógicos, a não ser que, nalgum momento as Direcções desses dois agrupamentos entendam que, juntar as duas escolas, isso reverta numa mais valia para o projeto educativo de cada uma dessas escolas, inclusivamente, também, numa vantagem pedagógica para os alunos que frequentam essas escolas -----

Isso que está a dizer sobre essa possível intenção é a apenas um comentário, não carece resposta do Presidente da Câmara. Mas seja como for, quer dizer que, em algum momento, o partido Socialista estará de acordo com o mega agrupamento de Lamego, porque isso, é transformar dois projetos educativos, num só projeto educativo, e obviamente, isso enfraqueceria a educação em Lamego. -----

Usou da palavra o membro **Constantino Vaz**, para dizer que é um dos que também recebeu uma notificação. Quer dizer que tudo aquilo que ele aprovou, depois de tudo ser debatido e escrutinado, faria tudo a mesma coisa hoje. Sem problema nenhum.----

Respondendo ao membro Pedro Torres, pois disse há bocado numa das suas intervenções, só não era quem não faz. E houve um homem aqui também em Lamego, que foi injustiçado, um ex-presidente da Câmara, injustiçado pela política, pelos políticos, mas pela justiça fizeram-lhe justiça, que foi o Presidente António Ferreira. Reforça que a injustiça política colocou-o na rua, a justiça "justiça", a Câmara teve que indemniza-lo, não só a ele, mas esse, infelizmente, já cá não estava, que era o Secretário da Câmara, o senhor António Borralho. -----

Na altura o despacho do Ministro Valente de Oliveira, que remeteu para a Câmara, pois era esta que decidia ou não a perda de mandato, no seu despacho ele dizia assim: " É com muito pesar e pena que despacho para a Excelentíssima a perda ou não do mandato de um dos melhores Presidentes da Câmara deste país". Dizia isto, e perguntou se será também estamos na injustiça política?. Porque fez, porque fez, quem faz corre riscos.-----

Disse que a SIC, pois tem esta estação de televisão com uma certa credibilidade, agora os jornalistas é o que é. Quem foi a fonte de informação deste jornalista. Não se sabe. -----

O pavilhão Multiusos incomoda muita gente, incomoda, particularmente, a certos políticos e a certos sectores políticos da sociedade lamecense. Porque é um equipamento onde já passaram, só este ano, em número de pessoas, passou das vinte mil. O número de horas de utilização diária situa-se nas oito horas. E quando a SIC vem com esta reportagem cá para fora, o que é que os lamecenses terão

pensado. Isto afinal é tudo mentira, não está abandonado, está a ser utilizado. Essa notícia foi logo, imediatamente, desmentida pelas pessoas. Porque ao afirmarem que aquilo está abandonado, não está, nunca esteve, e é um equipamento se Lamego não o tivesse, o que já não se teria perdido em muitas das atividades. E o que aconteceria aos jovens lamecenses?-----

Relativamente à dívida, afirmou que o Presidente da Câmara já disse, o custo do Multiusos, foram os dezasseis milhões de euros, sendo certo que o empréstimo que a Lamego Renova fez, foi superior, mas havia o direito de superfície, direito de superfície esse que deu para alavanque, de muita coisa aqui em Lamego, muita coisa, muita coisa: tais como teatros, acesso à cidade, piscinas municipais. Tudo isso que o Município de Lamego tem e se calhar aquilo que o partido Socialista não fez. Porque não tinham dinheiro, não tiveram porque não souberam criar uma engenharia ou ter uma perspetiva de resolver esse problema. -----

Relativamente a suprimentos, disse que não há prejuízos, absolutamente, nenhum do Município, absolutamente nenhum, antes pelo contrário. Se assim não fosse hoje estávamos como a Câmara de Vila Real de Santo António ou tinha acontecido como aconteceu na Figueira da Foz ou outros municípios ao não cumprirem. -----

A Câmara anterior fez muito bem, continuou a cumprir, e bem. -----

Afirmou que esta questão do Multiusos foi o assunto mais debatido nas Assembleias anteriores, como documentam as atas, não só o Multiusos, como a Lamego ConVida,. Afirmou que o membro Paulo Barradas disse há um bocadinho que não tinha sido aprovado pelo partido Socialista, disse ser natural que o partido Socialista não tivesse votado, mas votou a deliberação para a internalização da Lamego Renova, votou-a porque só houve um voto que foi uma abstenção e 34 votos a favor. Quando foi para a internalização o partido Socialista votou-a em 2014. Ao fazer a internalização em 2016 estava-se a cumprir, estritamente, aquilo que a Assembleia decidiu. Além disso, ter-se-ia de cumprir a Lei. Mas o partido Socialista aqui votou a internalização, depois, quando foi preciso internalizá-la, pronto, teve outra opção.-----

Afirmou que todo este processo do Multiusos e todas as obras que foram feitas nos mandatos anteriores do Presidente da Câmara atual, foi aquilo que mais desenvolveu Lamego, o que havia em Lamego, quando o Eng.º Francisco Lopes entrou cá, no primeiro mandato dele: não havia acessos, não havia as Avenidas Dr. Alfredo de Sousa e Visco Guedes, não havia Castelo, não havia nada. Não havia Castelo no sentido de as pessoas se moverem, pois ninguém passava no Castelo.-----

Disse que este processo do Multiusos só apareceu por duas razões: a primeira a não ratificação das contas de 2014, e aqui ele diz assim, politicamente. Juntou-se um certo ódio, como aconteceu com o senhor António Ferreira, neste caso ódio político, e a vontade política de uma força política. Porque se aquele processo, aquelas contas tivessem sido ratificadas, não se estava aqui a discutir nada. -----

E por fim, também quer dizer isto, também se deve a uma certa pressão sobre as entidades de elementos do partido Socialista a pressionar o andamento do processo. Porque se calhar estava prescrito daqui a um ano e tal. -----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para começar por dizer que, de facto, ainda se lembra em 2005, de andar de tangas nos tempos medievais, que se encontrava Lamego, portanto, é sempre bom ter essa memória. -----

Tudo isto, para dizer que, como já tinha dito e vai repetir, não vai tocar naquilo que é o processo que decorre, também muito, sinceramente, não interessa a nada ou a ninguém, principalmente a quem nos está a ouvir, não só nesta sala ou lá em casa.

Mas há aqui uma questão, que já foi abordada pelo membro Paulo Barradas, mas ele tem que a reforçar. -----

Afirmou que aqui ninguém disse que o pavilhão Multiusos não tinha utilidade, mas, mas, temos que ter todos memória, esta memória não precisa ser de nós, basta ir lá. Da forma como a coisa foi aqui apresentada, fica com vontade de dizer ao Presidente da Câmara, faça o favor, poderia abrir já a partir deste fim de semana, o estacionamento coberto que existe no Multiusos, e se calhar, era, perfeitamente desnecessário, que esse edital que saiu para a cafetaria ou para o espaço superior, com a possibilidade de quem quer que vá para lá, ter que fazer um investimento ainda bastante significativo, abra-se também isso este fim de semana, fazemos todos uma grande festa, agora para o 25 de Abril. -----

Disse que é verdade que ele tem utilidade, é, mas ele acha que aqui, de uma vez por todas, tem que se falar sério para as pessoas, temos que ser honestos. O processo correu mal, correu mal, poderia ter corrido bem. E se calhar grande parte deste argumentário não se estava aqui a utilizar. Mas admita-se de uma vez por todas, correu mal, e quem esteve a fazer a obra não cumpriu com o que estava no caderno de encargos, assumo-se isso, de uma vez por todas. Porque não foi entregue de forma devida. Não vale a pena andar-se aqui a escamotear a verdade. As pessoas que vão lá sabem, apercebem-se, logicamente, porque já passaram estes anos todos, logicamente precisa de obras, algumas de manutenção, mas outras ainda são estruturais. Bem sabe e adianta desde já, porque não irá falar desse assunto, bem sabe que ainda decorrem processos judiciais relativamente à questão das garantias, bem sabe. Não sabe se esses montantes que estão afetos às garantias, será o suficiente para suprir as necessidades totais que o Multiusos ainda hoje padece. -----

Repete que agora não vale a pena de se estar com histórias, correu mal, poderia ter corrido bem, mas correu mal, e a obra não foi entregue de forma devida. Não, não foi entregue de forma devida, de uma vez por todas assumo-se isso, andar-se a tentar a enganar a nós próprios, não se ganha, rigorosamente nada. Tem utilidade tem, toda esta que aqui foi reportada e todas as outras que já teve. Ninguém põe isso em causa, agora que as coisas não correram bem não, não se tenha vergonha de admitir, paciência, azar, correu mal. -----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para dizer uma coisa muito simples, porque de resto já se conversou muito, não participio no processo desde o início. Mas todos têm a informação toda sobre o Multiusos, não há nada que não se conheça do Multiusos. A única coisa que, eventualmente, não se valoriza, é que se hoje se tem um Multiusos, tem-se, porque houve um conjunto de pessoas que foram capazes de tomar decisões difíceis. Isso não está na matriz do partido Socialista, o partido Socialista a única coisa que fez neste tempo, foi estar do contra, foi apresentar queixas, foi votar contra, foi por problemas, nunca apresentou uma solução. Ficava o Multiusos no chão, ficava o Multiusos por construir, vendia-se o Multiusos, ficava-se a dever o Multiusos. Os lamecenses querem o Multiusos, e se foi alguém que o foi capaz de o fazer, foi um conjunto de pessoas que estão aqui sentadas nesta sala, que não foram capazes de abandonar o barco naquela altura, que era preciso estar lá.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para concluir esta questão do Multiusos, e uma vez que foi o motivo das últimas intervenções.-----

Afirmou que o Multiusos foi construído numa modalidade de parceria pública/privada, e em termos de processo de construção, em termos de concepção de construção. Portanto é preciso olhar para a forma como foi construído, e para a responsabilidade de cada uma das entidades desde o projeto até à sua entrega. -----

Que o pavilhão Multiusos tem, efetivamente, marcas de vandalismo é óbvio. Está grafitado, tem pedras partidas, dá um péssimo aspeto daquele equipamento. Isso é uma coisa que pode ser resolvida, deve ser resolvida, se calhar, já deveria ter sido resolvido. Pensou-se dar uma lavagem geral quando foi da Gala da Cidade Europeia do Vinho, mas não havia tempo útil para o fazer. É uma situação que se deverá fazer logo que oportuno, logo que possível.-----

Há outras situações que também as justificou aqui nesta Assembleia, também se precisa de fazer obras no edifício dos Paços do Concelho, para dar melhores condições de trabalho aos colaboradores da autarquia. Mas tem havido outras prioridades e outras necessidades, de infra-estruturas públicas, que são de utilização comum e geral pela população e por quem visita esta cidade, têm sido prioritárias. -----

Mas sim, faz sentido reparar, quer os atos de vandalismo que foram cometidos no Multiusos, quer os defeitos de construção, que ainda sejam detectáveis e reparáveis, e sobre isso, responsabilizar-se através das garantia ou de outra forma, o consórcio construtor.-----

Relativamente à cafetaria, a cafetaria teve, de facto, dois modelos, primeiro em que foi feito uma cafetaria com o desenho do arquitecto, a segunda em que foi feita a cafetaria em bruto. Volta-se ao mesmo ponto, que é ver de quem era a responsabilidade da cafetaria, naquele momento. Que era do consórcio construtor e da Lamego Renova. E o que foi decidido na altura, a ideia foi sempre concessionar a cafetaria, foi que a cafetaria seria posta a concurso. A Lamego Renova chegou a preparar o caderno de encargos e a fazer visitas ao local, com vários empresários

locais, que tinham disponibilidade para isso. E foi nesse seguimento que a Lamego Renova decidiu que colocaria a cafetaria a concurso no estado em bruto, porque vários empresários disseram que não queriam um balcão em aço corten, não queriam umas casas de banho com esta configuração, queriam partir isto tudo, que está aqui a ser feito. E essa foi uma decisão da altura, e só, de facto, o imobilismo que este processo foi votado, por todas estas questões que se estão a discutir, a que impediu que não tivesse sido dado seguimento.-----

Afirmou que o concurso que vai sair agora, está preparado há algum tempo, já foi deliberado em reunião de Câmara há muito tempo. Mas, de facto, os serviços por excesso de trabalho, por outros processos prioritários, nomeadamente por força dos projetos que se estão a lançar e das obras que estão em execução, não tiveram a possibilidade de o fazer. Ele agora insistiu para que esse processo saísse. Vai-se, brevemente, dar seguimento aos arranjos exteriores.-----

Em relação ao espaço de estacionamento, ele já abriu, já foi utilizado, só não pode ser utilizado no próximo fim-de-semana, porque está cheio de tralha, está a ser utilizado como armazém municipal, de um conjunto de coisas, que não há espaço para utilizar.- Por outro lado, tem-se o Largo da Feira, que é um estacionamento gratuito e abundante, e portanto, também não coloca pressão sobre a questão do Multiusos.-----

Relativamente à posição do partido Socialista, é obvio que o partido Socialista foi sempre contra o Multiusos e a parceria publico/privada. Não era contra o Multiusos quando apresentou um projeto para construir um Multiusos naquele local, era a favor, depois foi contra. Mas também, nos princípios onde municípios e executivos socialistas fizeram parceria publico/privadas, o PSD também era contra. Portanto aí a situação equilibra-se, uma mão lava a outra.-----

Já em relação à situação concreta dos votos, porque é essa situação concreta que é abordada no relato, a questão não é tão clara e transparente como isso. Porque foram identificados oito deputados membros do partido Socialista como tendo votado contra, mas só houve seis votos contra e um foi do membro comunista. Portanto houve membros do partido Socialista que, alegadamente terão votado a favor, ou então não terão votado ou então a ata e a declaração do representante do partido Socialista foi errada. Portanto sobre isso e sobre aquilo que implica responsabilidade aos membros da Assembleia Municipal, acha que era necessário algum cuidado. Ele, aliás explico nisso telefonicamente ao Tribunal de Contas, num pedido de esclarecimento que lhe fizeram, e pensou que tinha sido, absolutamente, claro em relação a isso, pelos vistos não o foi, porque no relato veio de novo essa insistência, sobre os membros da Assembleia, que a ele parece, absolutamente, desnecessário, espera que o Tribunal de Contas possa rever essa situação, e o faça no futuro.-----

Relativamente à parceria publico/privada e sobre o processo de construção do pavilhão Multiusos, disse que assumiu isso até em campanha eleitoral, que foi um erro fazer-se uma parceria publico/privada, naquele contexto, em que não havia legislação

específica para as parcerias municipais e estávamos adaptar aquilo que o Estado estava a fazer, e provavelmente, estávamos a fazê-lo mal. Hoje acha-se que, de facto, que essas adaptações foram mal feitas. E segundo o processo correu muito mal, naquilo que não podia ter corrido mal. Porque se formos fazer uma parceria para trazer parceiros privados, com expertise, com competência técnica inquestionável, que iriam fazer uma obra impecável. E de facto, aconteceu o contrário. Mas isso o Presidente da Câmara assumiu sempre, mas a questão de assumir que a opção pelo modelo PPP foi errada, mas que na altura foi correta e que a obra correu mal, isso assumiu sempre, mas o resultado é que interessa. Ou seja, dentro dessas vicissitudes, quer do processo burocrático, quer do processo construtivo, conseguiu-se fazer o Multiusos, conseguiu-se abrir o Multiusos, conseguiu-se dar utilidade ao Multiusos, esse era o objetivo principal e fazê-lo sem que a Câmara tivesse que suportar custos acrescidos-----

Se lhe perguntarem se o processo do Multiusos correu mal, mas ele está em serviço. O processo do Parque do Espírito Santo correu mal, mas ele está fechado. Qual é o que é mais penalizador para o Município? Ele diria que é aquele que não serve o interesse público e que está fechado.-----

Portanto se nós estamos de acordo relativamente áquilo que fundamental, que é ter-se um equipamento, que é útil e ao qual deve-se dar utilização e temos um procedimento complexo que se deve encerrar, de alguma forma e na instancia onde isso tiver sido feito, é fundamental que se faça. Para que aquilo que dizia o membro Paulo Barradas, nós possamos retomar, que é integrar o pavilhão Multiusos, não apenas num conjunto de eventos que recebe, mas, sobretudo, num conjunto de estratégias municipais, na área do desporto, da cultura, da promoção das atividades económicas, tem que ser um equipamento útil e fundamental.-----

Referiu que o membro Domingos Nascimento trouxe aqui as ULS'S, tem sido noticiado que o Governo quer criar unidades locais de saúde em todo o país, ouviu falar em doze Unidades Locais de Saúde. Sabemos que na nossa região há movimentações para a criação de ULS'S, nomeadamente no Alto Tâmega, agrupando os centros de saúde do Alto Tâmega e o Hospital de Chaves. Sabemos que em Vila Real a discussão não é tão pacífica relativamente à criação da ULS, e fala-se que relativamente ao Douro Sul, pode haver a divisão do Douro Sul em diferentes ULS'S.

Quer aqui recordar que nós tivemos sempre muitas divergências relativamente a esta questão e nomeadamente do âmbito do processo de construção do novo hospital, mas no fim, no fim, estivemos sempre todos de acordo. Que era que, haveria em termos dos órgãos municipais, Câmara e Assembleia, uma tentativa de nos concertar, para se atuar na área da saúde, em defesa daquilo que é fundamental. Que é ter-se condições para disponibilizar cuidados de saúde adequados à nossa população, seja em termos primários, seja em termos de cuidados hospitalares.-----

Essa discussão irá ser feita, já convidou o Ministro da Saúde para vir à Comunidade Intermunicipal do Douro explicar qual é o projeto, qual é a proposta. Foi-lhe dito que o Ministro disponibilizou-se para vir, ainda não se marcou data, foi também dito, que seria ainda cedo para discutir as ULS'S. Mas o que transparece, publicamente, não é isso, transparece a que o processo estar andar muito rapidamente. -----

Disse que, quando se fez a construção de um hospital de proximidade, um hospital diferente daquele que se ambicionou, teve-se que aceitar a integração de um centro hospitalar de retaguarda com outras condições. Quando se aceitou a transferência da ARS Centro para a ARS Norte, fez-se no contexto de uma integração de todos os Municípios do Douro Sul, nessa estrutura. Quando foi criada a unidade de urgência básica de Moimenta da Beira e da suposta referenciação da questão dos doentes de Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono e da parte alta de São João da Pesqueira e Tabuaço para Viseu, se essa fosse a sua vontade. Fez-se uma pressão grande sobre a ARS e o Governo para que essa referenciação não pudesse ser possível, ou seja os doentes poderem escolher ir para Vila Real ou ir para Viseu. Fizeram-no, dizendo que, onde estiver um concelho do Douro Sul devem ficar todos. -----

E portanto, isto é só um início de conversa, não se aceitará uma divisão dos Municípios do Douro Sul em duas Unidades Locais de Saúde diferentes. Portanto, se houver necessidade de se fazer a opção, vamos todos para Viseu ou vamos todos para Vila Real, ou ficamos todos numa ULS específica do Douro Sul, far-se-á essa discussão, mas garantindo a coesão territorial desta sub-região, que acha que é muito importante para Lamego e para todos os municípios desta margem esquerda do Douro. -----

Em todo o caso aguarda-se a vinda do Ministro da Saúde à Cim Douro, para dar essas essas explicações, e entretanto falar-se-á deste tema de saúde, num ponto específico da ordem de trabalhos, que é a transferência de competências da área da saúde para o Município.-----

Respondendo às questões colocadas pelo membro Alexandre Hoffmann, sobre o suplemento de pensidade, já aqui referiu e concordou-se que a Lei é pouco clara. Quando lhe diz que os trabalhadores são afectados por um direito que é seu, que trabalhadores e que direitos. Se esta questão ficar esclarecida, no dia seguinte a Câmara começa a pagar o suplemento de pensidade.-----

Em relação à Rua 28 de Maio e ao Jardim da República, vai-se, muito proximamente, dar início à elaboração do projeto do Jardim da República. Também outro projeto de requalificação da Praça do Comércio. Vai submeter essa requalificação a consulta pública, quer-se que as pessoas olhem para o projeto antes de ele ser feito. Normalmente quando há um projeto ninguém vê, e depois quando a obra está pronta toda a gente critica. É preciso ver no projeto aquilo que vai ser feito em obra, porque depois de a obra estar lançada, é muito difícil fazer as alterações, nos termos legais.

Relativamente ao Trança, não há problema nenhum com o Trança, a única questão que se coloca, é que o Trança que é um projeto do Teatro Ribeiro Conceição, nasceu no Teatro Ribeiro Conceição, e tem todo o acolhimento do TRC, utiliza muito tempo do teatro, e isso penaliza quer a programação do Teatro, quer as outras entidades, associações e coletividades que querem utilizar o Teatro Ribeiro Conceição.-----

Portanto o Trança tem um apoio incedível em muitas dezenas de milhares de euros, por ano e tem o Teatro aberto, desde que não conflitue, com outras utilizações, que também são legítimas por outras entidades. O Trança utiliza também outros espaços, nomeadamente o Complexo Desportivo, para fazer algumas outras iniciativas. Portanto terá que haver aqui um acordo, que é de gestão quotidiana, da utilização dos espaços. -----

Em relação à higiene urbana e limpeza, disse que se está em fase de transição de contrato, mas não há nada, pensa que não existem problemas graves a referenciar nessa área. -----

No que concerne ao Protocolo com a Fundação de Serralves, tem havido interacção entre o Município e a Fundação de Serralves, quer com a exposição de arte moderna que foi feita, quer com a participação da Câmara em eventos de Serralves. Este ano vai participar na Festa de Verão, quer no sentido de tentar aprofundar, do ponto de vista, diria do serviço educativo, mais na área ambiental. As relações com Serralves, portanto o protocolo que é de quatro anos irá prosseguir, este é o segundo ano, tenciona levá-lo até ao fim. -----

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro** para dizer ao Presidente da Câmara, que voltou quatro anos depois, e pensa que encontrou o Multiusos em pior estado daquilo que o deixou, por isso a degradação foi durante quatro anos, o Executivo foi sempre chamado à atenção sobre a degradação exterior do Multiusos e nunca foi feito, rigorosamente nada nem sequer uma pintura. -----

Deu os parabéns à Vice-Presidente da Câmara pelo grande evento, obviamente foi feito, pelo Movimento Mulheres Sociais Democratas, mas foi transversal a todas as mulheres. Foi um evento para a igualdade e cidadania, em que as mulheres têm que estar em igualdade com os homens em sociedade. E por isso, foi um evento enorme, bem organizado, com bastante aderência de todas as pessoas, por isso o agradecimento à Vice-Presidente da Câmara. Uma salva de palmas para todas as mulheres, têm o direito igual aos homens em todos os direitos.-----

2.1.ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2023-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para informar que se tem quatro não votos: membro Alexandre Hoffmann, Olga Ramos, Josefa Fernandes e Luis Carrapatoso, por não terem estado presentes na sessão, e também o membro João Nobre de Sousa, em substituição do Presidente de Lalim.. Portanto temos cinco não votos. -----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de fevereiro de 2023, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, cinco não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

O Presidente da Assembleia informou que estão trinta e oito membros presentes na sala.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e três votos a favor e cinco não votos, por não participaram naquela sessão.-----

2.2. **ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que crê que desde fevereiro a esta parte não houve reunião de nenhum destes órgãos, no qual a Assembleia esteja representada, ainda assim, caso esteja enganado, perguntou se algum membro da Assembleia tinha alguma intervenção para, ao que foi respondido que não

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1.**ASSUNTO:** APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2022-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que a informação escrita pensa que é clara, ficará ao dispor da Assembleia para qualquer esclarecimento do que queiram sobre a mesma.-----

Entretanto iria referir alguns aspetos que, eventualmente podem não estar, devidamente, transcritos na informação, nomeadamente falar da transferência de competências na área que teve início no dia 3 de abril passado, e portanto, nesse sentido o Município recebeu um conjunto de técnicos da Santa Casa de Misericórdia de Lamego e da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, que estão a trabalhar nas instalações da Rua do Teatro da Santa Casa, dentro de um protocolo que foi estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Lamego. Vai-se, obviamente, diligenciar, no sentido de vir abrir as vagas necessárias para fazer o recrutamento de técnicos para que este serviço passe a ser no futuro assegurado diretamente por funcionários do Município. -----

Quer referir também, a sessão de abertura, a cerimónia de abertura do Caminho dos Monges e a caminhada que já decorreu no domingo passado, por parte do Município de Tarouca e que se irá retomar no próximo domingo, abrangendo agora, o percurso da área de Lamego. -----

O Caminho dos Monges é um projeto muito interessante, vai-se rivalizar os outros caminhos pedestres, já tinham sido lançados há muitos anos, mas o caminho dos monges precisa, efetivamente, ainda, de muita dinamização, mas precisa também de

muito investimento. Além da melhoria dos pavimentos e limpeza das bermas. Têm-se alguns equipamentos de apoio, nomeadamente sanitários ao longo do percurso, que no lado de Tarouca estão mais presentes, porque atravessa aglomerados urbanos, no lado de Lamego tem menos aglomerados, a situação é mais complexa, e portanto o, está-se a preparar também a continuação de investimento neste projeto.---- Quer chamar a atenção para um conjunto de obras que, de resto já referiu no início da sua intervenção de cumprimentos, em relação às pavimentações que estão a ser executadas, e aos protocolos com as Juntas de Freguesia.-----

Também uma intervenção na área da substituição da iluminação Led no Concelho, que ficará concluída, 100% Led até final do ano, espera que isso induza uma poupança significativa. E a um conjunto de intervenções na rede de água e saneamento, precavendo já aquilo que se sabe que vai ser um ano seco. Já se teve um ano seco no ano passado, isso traduziu-se numa corrida a novas ligações de ramais de água, por parte de pessoas que têm abastecimento próprio, através de minas, poços e furos artesianos. Mas que, face à iminência dessas captações colapsarem, vieram pedir a ligação à rede. Estima que isso vai acontecer durante este ano, e por isso está-se a fazer um reforço de abastecimento a Mazes, já está concluído, e era um problema crónico desde há muitos anos. -----

Em Parada do Bispo, que está em fase de conclusão, no ano passado ainda que se teve de recorrer ao abastecimento de auto tanque dos Bombeiros durante algumas semanas. Figueira, até, porque o ponto de abastecimento de Figueira era no Concelho de Armamar e nunca foi executado. Ou só foi executado uma vez, provisoriamente, com um tubo provisório, também numa situação de seca, pensa que em 2017, mas não está certo. Está-se também a trabalhar no projeto das redes de abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes na Penajóia. Sendo que na Penajóia vão-se fazer algumas ligações de emergência, precavendo, de facto, das falhas de água que se prevêem para este Verão.-----

Disse que um conjunto de referencias, não apenas, a eventos, mas a processos que estão em curso e que são de grande importância. Ficando ao dispor dos membros municipais para qualquer outro esclarecimento.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para começa por, logicamente, enaltecer e congratular pela conclusão deste projeto que é o Caminho dos Monges, projeto esse iniciado no anterior mandato. Iniciou o seu próprio desenvolvimento no anterior mandato, bem concluído neste mandato, e logicamente, que o partido Socialista apoia aquilo que foram as declarações do Presidente da Câmara, no sentido de reforçar aquilo que necessita de ser reforçado, naquilo que o melhoramento de um instrumento de turismo, que ele quer crer e está ciente que ira enaltecer não só Lamego como a nossa região.-----

Disse que aquilo que o traz aqui, basicamente são duas situações: em primeiro lugar, também comunicar á Assembleia, pois o partido Socialista fez um pedido na ultima

sessão, um conjunto de documentos sobre os terrados relativamente à utilização dos terrados durante as Festas de Nossa Senhora dos Remédios, também, de viva voz, dizer que nos foram entregues, pelo Vereador José Pinto, foi entregue essa mesma relação, e portanto, desde já, cumprido aquilo que foi o pedido do grupo municipal do partido Socialista, dizendo que esta informação dirige-se principalmente para o Presidente da Assembleia, a quem dirigiu o pedido, portanto, informação cumprida. -----

Mas agora coloca aqui uma questão, que não teve o cuidado de colocar junto dos juristas, nos muitas das vezes temos escassez de informação, parece-lhe a ele, pelo menos nas ultimas informações, tem-se aqui um bocadinho de excesso de informação, e tem a ver com as questões relacionadas com as contra-ordenações. Disse se os membros repararem na parte das contra-ordenações, vem um conjunto, relativamente alargado de matriculas de veículos. E a sua primeira questão, não sabe até que ponto, a divulgação das matriculas destes veículos cumpre RGPD (Proteção de dados), sinceramente, confessa, não questionou, junto de qualquer jurista, mas tem sérias dúvidas do cumprimento divulgação publica destes registos de matricula. -----

E para além disso, mesmo que venha a cumprir, há aqui algumas questões, no mínimo a ele parecem-lhe de mau tom. Processos que foram arquivados, que não resultaram em contra-ordenação virem publicitados, parece-lhe de mau tom, e principalmente aqueles que vêem descritos na lista que ainda não foram notificados. Ora alguém saber através de um relatório da Assembleia que poderá a vir a ser multado, mas ainda não foi notificado, isto, no mínimo é de mau tom. -----

E portanto ele pediria, neste caso ao Presidente da Câmara que diligenciasse, junto dos serviços, não sabe se lhe poderá responder às questões que aqui está a colocar em relação à proteção de dados, mas que diligenciasse, junto dos serviços alguma proteção de privacidade dos nossos concidadãos.-----

Logicamente que acha por bem que venha o relato integro do número dos processos, as matricula, muito sinceramente, dispensa-as, até por nós não moramos numa comunidade muito grande, que poderemos apontar o dedo ai uns aos outros.-----

Acha que é uma questão de respeito, de alguma privacidade, que as pessoas merecem, portanto fica apenas este ponto.-----

Usou da palavra o membro **Constantino Vaz**, para dizer que está de acordo com o membro Pedro Torres, primeiro é mortificado diretamente, não e ver nos jornais ou numa revista, uma lista que está a ser com processo. Primeiro notificar a própria pessoa.-----

De seguida perguntou ao Presidente da Câmara, pois na informação jurídica há aqui dois processos judiciais que gostaria que o informasse o que é que decorrem com eles. E porque? É os muros do Parque Urbano e o processo judicial referente ao QR Code.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que, efetivamente, relativamente à informação jurídica prestada à Assembleia e que obriga a prestar informação sobre todos os processos judiciais, em que o Município está envolvido, sendo autor ou réu e em todos os processos de contra-ordenação levantados, a questão da transparência deve ser, de facto, com limites, O membro Pedro Torres já não se lembra, mas ele esteve na Câmara, no Executivo anterior, esta lista tinha nomes., já foi o Presidente da Câmara que mandou tirar os nomes. Ou seja, efetivamente, os nomes era, nitidamente contra o RGPD (Proteção de dados), as matriculas provavelmente também serão, a questão é que tipo de informação é que se dá à Assembleia, apenas o numero de processos que estão a decorrer, eventualmente poderá ser essa, concorda com isso, na medida em que, efetivamente, dispor nomes, moradas, matriculas, não faz muito sentido.-----

É evidente que no que concerne a contra-ordenações de natureza de trânsito, que é tudo de estacionamento, se os cidadãos fossem mais cumpridores, os seus nomes e as suas matriculas não vinham aqui. Disse que irá rever essa questão nos termos jurídicos, de forma adequada. -----

Em relação aos dois processos que o membro Constantino Vaz refere dos muros do Parque Urbano, um conjunto de muros, cuja execução foi ordenada pelo anterior Presidente, em agosto de 2021, e que não foram objeto de cabimento, requisição, compromisso, contrato adicional, visto do Tribunal de Contas, na medida em que são trabalhos a mais de uma empreitada que teve visto do Tribunal de Contas, que este Executivo tentou resolver, mas alguns dos membros municipais, estão recordados que na altura, quando o assunto foi à Câmara, os vereadores do partido Socialista votaram contra, ele entendeu que também deveria votar contra, e portanto o empreiteiro colocou o processo judicial para fazer a cobrança dos trabalhos que estão, efetivamente, feitos. -----

Em relação ao processo dos QR Code, os QR Code foram encomendados também em 2021, e foram pagos sem que o processo tenha sido entregue no Município. Notificou-se a empresa que fez essa contratação, para devolver o dinheiro, que não fez, portanto encestou-se o processo judicial contra a empresa que deveria ter entregue o trabalho e não entregou e, supletivamente, contra quem pagou um trabalho que não foi entregue ao Município, que foi o anterior Presidente da Câmara. -----

Portanto são estes dois processos que se referem.-----

Interveio o membro **Constantino Vaz**, para perguntar ao Presidente da Câmara, para quando pagar as multas de estacionamento por um multibando. Dá grande trabalho para pagar essas multas. Para os habitantes de Lamego muito bem, mas para as pessoas que venham de fora, não têm hipótese de pagar no multibando, têm que pagar por transferência bancária e depois têm que fazer a prova. Era bom que fosse aligeirado o sistema de pagamento de multas, é muito incómodo. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer ao membro Constantino Vaz e agradecer-lhe pela sua questão, é uma questão muito pertinente, mas a intenção da Câmara é ainda pouco mais basta, substituir todo o sistema de gestão do estacionamento tarifado na cidade, incluindo o sistema de fiscalização e o sistema de contra-ordenações. -----

Como é sabido neste momento tem-se um protocolo com a PSP, a PSP faz a fiscalização do estacionamento e passa as multas que estão previstas legalmente. A intenção da Câmara é fazer a concessão do estacionamento tarifado, e passar para o sistema de contra-ordenação, que depende do tempo de, cada utilizador não pagou. E portanto pode-se pagar uma contra-ordenação de um euro, dois euros, cinco euros, e não a multa fixa de contra-ordenação de transito que a PSP legalmente, aplica. -----

É evidente de que se está a preparar o concurso, que tem sido difícil, porque há uma imensidão de opções, de equipamentos diferentes, de metodologias de pagamento. Quer-se um sistema que fosse aberto, pudesse ser pago por multibanco, por via verde e mb way, por exemplo que tem via verde, pode ir a qualquer cidade e não tem que se registar numa plataforma própria para pagar o estacionamento que pode usar essa. Está-se a tentar preparar esse processo de uma forma consistente, para lançar esse procedimento. -----

Ou seja, as contra-ordenações de transito nos parquímetros, passariam a ser diferentes das contra-ordenações de transito no restante espaço de estacionamento proibido e das passadeiras, que continuaram a ser fiscalizadas pela PSP, fazendo as coimas que são legalmente ajustadas. Mas disse que sim, é uma preocupação que se tem e que está a ser trabalhada.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer ao membro Pedro Torres, que relativamente à questão que coloca, dá-lhe inteira razão. Acha que se tem que arranjar aqui uma forma para harmonizar estes dados e pode ser pode passar replicar o modelo que se temos, por exemplo, o corte dos processos de contra-ordenação em geral, replica-lo também às multas de trânsito tirando a coluna, podendo ser um dado pessoal da contra-ordenação, por isso vai ter isso em consideração. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para propor à Assembleia que se fizesse a discussão do ponto 3.2, e 3.3, referentes à apreciação e deliberação da 2.ª alteração do regulamento dos serviços municipais de Lamego e da 2.ª alteração do mapa de pessoal, se fizesse a apresentação e discussão em conjunto e depois a sua votação, ponto por ponto.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer uma interpelação à Mesa e prende-se apenas, para já, com uma questão de organização da própria agenda, É que no ponto 3.3, quando estivera-se a fazer a apreciação e a deliberação da 2.ª alteração do mapa de pessoal, isto vai coincidir, há aqui uma parte que diz respeito com a área da saúde, e portanto, nós estamos a jogar, quase por antecipação, porque em bom rigor, vai-se fazer, depois no ponto 3.4 a apreciação e deliberação do auto das transferências da

área da saúde. Assim, no seu ponto e vista, primeiro decide-se se passamos ou não essas mesmas competências, e depois a seguir discute-se o mapa de pessoal já a contemplar, exatamente essas alterações que estão revistas.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que a competência para fazer a ordem do dia é uma competência do Presidente da Assembleia, mas aceita a proposta e antecipamos, fazendo para já a discussão do ponto 3.4 e a discussão do ponto 3.2.e 3.3. em conjunto., o que foi aceite por todos os membros da Assembleia.-----

Deliberação A Assembleia apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara e o relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2022.-----

3.4. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO AUTO DE TRANSFERENCIA DE COMPETENCIAS NA ÁREA DA SAÚDE-----

Presente à sessão da Assembleia a proposta de deliberação da Câmara, propondo à Câmara Municipal que delibere a aprovação do auto de transferência de competências na área de saúde, previsto no artigo 20.º do Decreto-Lei 23/2019, de 30 de janeiro e a sua remessa à Assembleia Municipal para deliberação.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a transferência de competências nas áreas da educação, da acção social e da saúde, são, porventura , as mais relevantes que têm vindo a ser transferidas entre a Administração Central e os municípios. Não são relevantes na qualidade das competências que são transferidas para os municípios, E nesta área da saúde, quer começar por dizer que é com grande insatisfação que nós vemos que as competências que o governo de propõe transferir, são apenas e só, competências elementares de manutenção dos edifícios, de coordenação do pessoal auxiliar, concretamente, assistentes operacionais, de gestão do parque de viaturas e dos contratos de limpeza e segurança. É, obviamente, muito pouco para poderem ser consideradas competências adequadas a uma intervenção do Município, que através dos seus órgãos legítimos, Câmara e Assembleia Municipal, no funcionamento dos Centros de Saúde, e na prestação de cuidados de saúde primários à nossa população. Gostaria de mais, mas entre aceitar estas competências e passarmos nós a exercer estas competências ou aguardar por uma alteração do quadro legislativo, que configure outras competências a transferir, nós decidimos, em reunião de Câmara já foi aceite, propõe a esta Assembleia que seja também aceite estas transferências de competências.-----

As transferências de competências, prende-se também, com um aspecto, esse sim, estrutural, que tem que ver com os edifícios, ou seja com o espaço físico, onde os cuidados de saúde são prestados. E nesse sentido nós tem-se a ambição de construir um novo centro de saúde. E nesse centro de saúde albergar todas as unidades de saúde ,que estão hoje dispersas, por vários espaços físicos, e precisamos de financiar esse equipamento, no PRR ou no Portugal 2030. E este acordo de transferência de competências, inclui também uma cláusula, que foi o compromisso tido da parte do Ministro da Saúde, para que o financiamento do novo Centro de Saúde, também seja

conseguido. Isto é, entendendo o Presidente da Câmara que as competências que são transferidas estão aquém que deviam ser, não se pode deixar de intervir, naquilo que é uma competência básica, que é a criação de condições infra-estruturais, para que, as estruturas de saúde do Ministério, presentemente à ARS e o ACES possam exercer o seu trabalho e disponibilizar à nossa população cuidados de saúde primários adequados.-----

Sobre o futuro e como já foi discutido, no período antes da ordem do dia, quer-se participar na discussão do modelo de organização dos serviços, e quer-se ter um papel ativo e interventivo na gestão futura da entidade que vier a ter responsabilidade nos cuidados de saúde integrados, verticalizados, saúde primária e saúde hospitalar, se essa for a opção do Governo e aceite pelos municípios.-----

E nesse sentido, propõe que seja aprovado o acordo de transferência de competências da Administração Central para o Município na área da saúde.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira**, para começar por cumprimentar todos os presentes na sala e, hoje, dar um cumprimento especial para o Presidente da União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melções que nos acolhe aqui no seu território. E também cumprimentar todo o público presente e aqueles nos seguem através das redes sociais. -----

Disse que gostaria primeiro e antes de abordar este ponto, até porque não teve oportunidade de o fazer no período antes da ordem do dia, de agradecer à coligação “Somos Lamego” a felicitação pelos cinquenta anos do Partido Socialista. E, aquilo que pode também dizer, relativamente a isso, é que passados estes cinquenta anos, a vontade de prosseguir o caminho de construção de um país mais justo, mais próspero, é exatamente igual ao primeiro dia da sua fundação. Por isso, fica aqui este compromisso, não só na vertente governativa, mas também na vertente local e regional. -----

Relativamente à questão do ponto em si, gostaria de felicitar também o Presidente da Câmara, pois, apesar do que ele disse, as reservas, as desconfianças, o pouquinho daquilo que são as competências de descentralização para o Município na área da saúde não serem suficientes, embora eu não tenha essa perspetiva, e, aliás, o facto de as aceitar, é porque, de facto, também ele vê horizontes que possam ser promissores para a gestão municipal. É, exatamente este ponto que eu gostaria de trazer aqui, ou seja, não tenho dúvidas nenhuma, e muitos dos membros desta Assembleia já me ouviram falar, várias vezes, não só na área da saúde, mas também noutras áreas, que este é o caminho para a regionalização. E, acredita, plenamente, que isso será possível trazer um melhor, enfim, um melhor rigor, que é a gestão municipal, também, nesta área. -----

Além disso, gostaria de falar agora mais em concreto, àquilo que, supostamente foi o grande incentivo, que foi a construção do Parque da Saúde, agora chamado novo centro de saúde, o projeto é o mesmo. Mas este foi um projeto iniciado pelo Partido

Socialista. E aquilo que pode dizer é que os benefícios para a comunidade são imensos, algo que ao menos nos une. Quando há pouco um membro desta Assembleia falava nesta posição, que o mais importante é a união de todos, para que a nossa comunidade tenha melhores condições, não se tenha dúvidas disso. Este é um excelente exemplo, ou seja, trará melhor prestação de serviços para os lamecenses. -----

Mas, não pode deixar de referir que vem tarde, disse ao Presidente da Câmara que isto já poderia estar mais adiantado. Ou seja, houve aqui, o que pode considerar de um ícone político, relativamente ao local da sua construção. Disse que o Presidente da Câmara foi intransigente relativamente a esta situação, ou seja, que o local apresentado pelo executivo socialista não era o ideal, e o que é certo é que se deixou perder esta oportunidade. Ou seja, é tardio, mas vem a tempo, mas não pode deixar de tecer este comentário. Isto porque não tem dúvidas que o local, que foi inicialmente apresentado, tinha boas condições, quer ao nível do seu posicionamento, quer ao nível da acessibilidade. Enfim, não vê qualquer tipo de razão que possa descurar essa situação. -----

Relativamente àquilo que é a ação do Partido Socialista, e fala, exatamente, naquele caminho de construção que há pouco disse, a nível local, o Partido Socialista, nunca ficou indiferente a esta situação, mesmo com a intransigência apresentada pelo Presidente da Câmara, nesse ícone político, em que muitas das vezes dizia que o Partido Socialista tinha falhado na escolha do local, mas, mesmo assim, mesmo não concordando com isso, o PS local, distrital, ou seja, as forças políticas, os agentes que estão nestas funções, fizeram a sua pressão no espetro nacional, junto inclusivamente do Governo, a nossa vontade foi que sempre existisse a possibilidade de construção deste Centro de Saúde. Ou seja, isso nunca foi colocado em causa. Não é pelo facto de se ter uma Câmara liderada pela coligação “Somos Lamego”, que nós deixaríamos de fazer pressão para que isso não acontecesse. Primeiro estão as pessoas. E é isso que nos deve unir nesse sentido, não tratar desde assunto como uma bandeira política, mas tratar disto como uma bandeira para a nossa comunidade. -----

Afirmou que, aquilo que realmente pretende é que este processo avance o mais depressa possível. O Partido Socialista não faz propaganda política com esta bandeira, e o que se quer é que isso avance. -----

Não pode deixar de dizer que, no último mandato de governação do PSD, as barreiras para a construção de novos centros de saúde, em todo o país, foi uma realidade, ao contrário do que este governo irá fazer. Não foi só em Câmaras socialistas, foi em todo o tipo de câmaras. Isto é uma realidade, ou seja, não se pode descurar, e até pelo facto dos cinquenta anos do PS, que o Governo socialista tem, realmente, a vontade de melhorar as condições de saúde. É por isso também que foi criada esta descentralização de competências na área da saúde. -----

Por isso, e para rematar, o que ele pode dizer é que o PS estará sempre disponível para ajudar a construir o tal caminho de futuro para os lamecenses. -----

Apenas para finalizar, e voltando àquela questão que foi falada no período antes da ordem do dia, a propósito da reorganização da saúde, está a falar da ULS, aquilo que pode dizer é tranquilizar também o Presidente da Câmara, não vai haver alteração no Douro Sul, ele pode dizê-lo e pode afirmá-lo. Ou seja, o Partido Socialista, e neste caso, o Governo, está em ação, através do Ministro da Saúde, que não irá permitir isso. Ele é um defensor, como sabem, da estratégia de Lamego enquanto motor económico e de desenvolvimento da região do Douro Sul, era o que mais faltava agora estar-se a colocar alguns concelhos que fazem parte desta região, por exemplo, do lado de Dão Lafões, não pode ser. Por isso, podem estar descansados, e ele será o primeiro a lutar por isso, e não quer acreditar, que já mais isso possa acontecer. -----

Usou da palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que vai fazer dois pontos de intervenção, primeiro para reforçar uma forma de subscrever a posição e o argumentário do Presidente da Câmara, que alguma forma faz sentido.-----

Se repararem no documento do aulo de transferência de competências na área da saúde, ele aplica-se muito, quase exclusivamente aos cuidados de saúde dos cuidados primários, e também à área de intervenção na área dos comportamentos aditivos. -----

Aplica-se, essencialmente, à gestão operacional, quer do edificado, quer do apoio logístico da organização das próprias estruturas da limpeza, vigilância, arranjos, manutenção dos equipamentos, espaços, viaturas, enfim, à gestão dos Assistentes Operacionais também, é muito circunscrito a essa área.-----

Mas fica-nos aqui um desafio, fica um desafio para o PS, porque neste momento tem a responsabilidade da governação.-----

Como dizia o membro Romeu Sequeira que deve ser um modelo bom, porque nós o subscrevemos. Como explicou o Presidente da Câmara é um modelo aceitável, mas pode e deve ser melhor., Faz lembrar quase o modelo poucoquinho do PS, mas tem que ser melhor, e melhor porque? Este tem que ser mais alargado, o desafio é do PS é da sociedade em geral, mas é, claramente do Governo. Com este desafio tem que aceitar que o poder local, volta ao poder local do 25 de Abril.-----

O poder local tem competência para conhecer e conhece as necessidades das pessoas e é capaz de poder contribuir para definir modelos de gestão, modelos de resposta adequada, que encontrem respaldo no contexto onde as pessoas vivem e onde a sociedade se organiza. -----

Isto de ser Governo Central, é decidir que nós vamos para Vila Real ou vamos para Viseu.-----

Como disse há alguns anos atrás o Ministro Correia de Campos, tem aqui a primeira derrota política, na altura dirigida ao Presidente da Câmara, nós vamos integrar o Centro Hospitalar de Trás-Os-Montes e Alto Douro, não faz sentido ser assim, devem-

se lembrar, ele estava lá. O Ministro Correia de Campos dirigiu-se ao Presidente da Câmara e disse-lhe que tem aqui a sua primeira derrota política, porque nos vamos integrar o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro.-----

Não pode ser assim, este modelo tem que evoluir, a sociedade tem que reclamar, e tem que se dar capacidade ao poder local de poder ter intervenção. Mas não é só os cuidados de saúde primários, os cuidados primários prestam saúde a uma parte, mas há que olhar de uma forma integrada para os cuidados de saúde integrados com bom senso, os cuidados de saúde paliativos, Hoje em dia fala-se muito destes modelos, que têm que ser integrados, para dar resposta aos cuidados de saúde locais, que são as populações locais que conseguem, ter também capacidade de resposta e ter aqui o papel dos responsáveis por eles eleitos.-----

Referindo-se ao membro Romeu Sequeira e ainda em relação ao Centro de Saúde. O Centro de Saúde, se bem se lembram, foi, exatamente, uma bandeira política, o PS pode dizer que não faz disto bandeira política, mas a forma como Centro de Saúde foi apresentado à população foi, claramente uma bandeira política pré-eleitoral, todos estão recordados disso, e da forma como ele surgiu, é por iniciativa da ARS Norte e não do Município de Lamego. E que saibamos para ser noutra terreno e entretanto a coisa foi virada ao contrário. Havia uma indicação oficial do Centro de Saúde ser feito noutra local e não naquele. O Executivo decidiu e falou nesse sentido. Depois decidiu-se por outro terreno, o Presidente da Câmara já explicou e bem, que não tinha capacidade construtiva. Até hoje não foi desmentido. Isto, foi, claramente, também uma bandeira política do PS que, se lembram, na altura, foi assim um bocadinho apresentado na hora, com um outdoor, quase no limite do percurso, no fim da maratona e um bocadinho das obras que foram buscar ao fundo, para apresentar obra no fim de mandato, porque não tinham feito nada. A isto chama-se bandeira política. O que é preciso e ai estamos de acordo, era fazer evoluir este modelo, sem deixar de estar focado na gestão dos cuidados de saúde primários, já é bem, faremos melhor que o Ministério da Saúde ou que a ARS. Mas tem que se evoluir para um modelo mais abrangente, mais integrador, e mais próximo, mais próximo das pessoas.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer que, referente a este ponto vai votar contra, porque as Câmaras não têm quadros competentes para gerir estes serviços desta área.-----

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para agradecer ao membro Romeu Sequeira pela lição de etiqueta sobre parabenizar partidos políticos. Lembrar que foi ele que lembrou esta Assembleia que o partido Socialista fazia anos. Mas faz-se assim, quando o membro Romeu Sequeira se levantar para parabenizar o PCP que fez anos em 6 de Março, ele depois levanta-se outra vez e dá os parabéns ao PS.-----

Disse que o PCP não move um milímetro sua visão sobre esta matéria, reafirma que não existem condições para a concretização de transferência de competências nesta

área saúde, bem como, manifestaram, igualmente para as áreas de acção social, educação, apenas para citar algumas.-----

Se por lado considerado que este processo se trata de um claro esvaziamento do Estado Central nas matérias de sua competência e demissão das suas responsabilidades, e onde, por fim o garante dos seus serviços é uma obrigação constitucional e não dos municípios.-----

Por outro lado considera que o processo peca por falta de principio e discussão democrática, e empurra os municípios para a imposição de aceiteamento dessas competências, que configura em sua opinião um grave ataque à independência, à autonomia e à liberdade do poder local.-----

Como se não bastasse e por fim o risco da instrumentalização política dos sectores, por via municipalização dos serviços, é um perigo real e bem conhecido, ao qual o PCP sempre se opôs e se opõem, dizendo que a impermeabilidade e o acesso de qualidade e universal aos serviços públicos seja mais uma arma de arremesso na discussão política, mais uma arma de arremesso na campanha política ou mais uma arma que promova as situações pouco transparentes na gestão dos recursos humanos e técnicos, sobretudo, na ausência de um processo de regionalização.-----

Tomou a palavra o membro **Olga Ramos** para começar por cumprimentar todos os presentes da sala, os pessoas da União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões e todas as pessoas que assistem a esta sessão pelas redes sociais.-----

Disse que vai ser muito sumária, sobre a transferência de competência, refere-se, concretamente, à área da saúde. Foi dito aqui e foi abordado o tema já por várias pessoas, por vários membros, mas quer acrescentar pegando nas palavras do Presidente da Câmara que, de facto, a responsabilidade do Município está muito circunscrito. Ela percebe, nos estamos num modelo e esta é a sua opinião, por aquilo que tem lido, é um modelo muito embrionários, que necessitas, obrigatoriamente, de ser discutido e ser aperfeiçoado, mas não pode deixar de expressar a sua opinião sobre o assunto, na medida em que não é reconhecida aos municípios, competência na área da saúde. -----

E portanto, como ainda essa competência ainda não reconhecida na área da saúde, o que se exige no modelo inicial, a que a participação do poder local seja dada, uma vez que tem e se restringe à participação dos órgãos consultivos, e mesmo na qualidade de órgãos consultivos, que podem, de facto, ter um papel de proximidade, que é isto que está na génese de modelo de proximidade, assegurando a continuidade, cuidados com a qualidade, que isso que se pretende do poder local. Num modelo ainda inicial e embrionário. -----

Portanto é evidente que exigido ou pretende-se do poder local, numa primeira fase, assegurar os cuidados, como disse da qualidade, da proximidade com os cidadãos.

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que esta questão da saúde, é, de facto, complexa e mantendo todo o foco no mesmo objetivo, que é a qualidade dos

serviços prestados aos cidadãos, tem-se obviamente, interpretações diferentes da forma de atingir esse desiderato.-----

Aliás é uma temática em que há múltiplas posições, quer de natureza política, quer mesmo de natureza técnica, em relação à organização dos serviços , às estruturas, aos meios necessários, à forma de prestar esse serviço.-----.

O membro José Manuel Correia abordou aqui o problema que teve com o Ministro Correia de Campos, ele quer dizer aqui, que, de facto, tiveram muitas lutas com o ex. Ministro Correia de Campos. A primeira sobre o nosso hospital, a segunda sobre a maternidade, a terceira sobre a agregação dos hospitais em centros hospitalares. Mas é verdade é que num determinado momento, estabeleceu-se um acordo e o acordo foi de compromisso, de nos aceitarmos o modelo e houve cedências à nossa posição no modelo funcional, nomeadamente em relação ao apoio de especialidades à urgência, e ao internamento de doentes agudos.-----

Disse que tem que reconhecer hoje, que houve um aspeto em que o ex. Ministro Correia de Campos teve plena razão, foi a cirurgia de ambulatório e que é uma mais valia do nosso hospital. -----

Pode-se depois continuar a discutir todo o resto, da falta de recursos, da organização, da concentração em Vila Real de alguns serviços, de insuficiências que todos os serviços públicos têm, mas essa foi uma virtude grande que foi implementada.

Em relação ao Centro de Saúde e à Ministra Marta Temido, a situação foi bastante diferente.-----

Quer recordar que a construção do novo Centro de Saúde, não nasceu do partido Socialista, já está no PDM, que foi aprovado em 2008, um segundo Centro de Saúde, que era o modelo que tinha sido definido na altura. Dividir o Centro de Saúde em dois, um para a área urbana e área norte e poente do Concelho, e outro para a área sul e sudeste que seria aqui junto ao atual hospital, entre a entrada do centro diocesano e o hospital.-----

E quando se começou, lançou u modelo das unidades de saúde familiares, o Município disponibilizou na Franzia um terreno para a construção de uma unidade de saúde familiar. E foi opção da ARS não construir e alugar, e foi opção da ARS, na segunda Unidade de Saúde Familiar, instalá-la no centro de saúde, em vez de construir ou adaptar outro espaço. Portanto esta é uma necessidade verificada há muitos anos, reconhecida pelos profissionais de saúde, pelos utentes também por nós, representantes políticos de que o nosso centro de saúde era insuficiente, que a organização dos serviços, dispersos em várias unidades é inconveniente, que era necessário construir um novo equipamento.-----

Sobre o projeto do partido Socialista, não vai falar, já disse tudo o que tinha a dizer, o terreno não tem dimensão, estamos a exceder todos os limites do plano de urbanização que o PDM permitem na cidade em termos de volumetria, em termos de eliminação de lugares de estacionamento, em termos de ocupação de zonas verdes,

tudo isso, já disse tudo o que tinha a dizer sobre isso. Efetivamente, o processo é tardio nesse aspeto se o processo estivesse sido bem encaminhado, estaria mais adiantado, não o foi perdeu-se no caminho. E o ultimo ano meio, também não foi de molde a apoiar o Município, naquilo que foi a nossa vontade de continuar o projeto, mas apenas noutra local. Tão simples, como isto. E foi necessário discutir-se com a ARS, esta instituição sempre aceitou soluções alternativas e a Ministra Marta Temido teria facilitado muito a nossa vida e a vida de todos, se à semelhança do que fez o centro de saúde de Matosinhos e Vila do Conde, que não foram executados no 2020, onde estavam aprovados e que foram transferidos para o PRR, tivesse feito o mesmo com o nosso centro de saúde. Ao não fazer deixou-nos num hiato aqui numa suspensão em termos de financiamento, que demorou este tempo tudo a ser aqui discutido. -----

Disse que tem uma pessoa numa reunião com a ARS e a CCDR que lhe disse: “ Não diga que Lamego foi discriminado, não diga que a Ministra discriminou o processo do Centro de Saúde de Lamego, diga só que não acarinhou”. Bom, para ele, é igual e pode usar o eufemismo, mas a verdade é essa, dos quatro processos que estavam aprovados no 2020 e não foram executados, três passaram para o PRR e o de lamego não. -----

Em contrapartida, ele confia muito no atual Ministro da Saúde, conhece-o pessoalmente há muitos anos, todos sabem e vêem que ele é um político arguto e é político decidido e que gosta de fazer. Teve muita abertura na discussão deste processo e espera que tenha também no processo das ULS'S , do que seja, e que seja ele a discutir e não o Presidente da Comissão Concelhia ou da Federação do Partido Socialista, queremos falar com o Governo e não com o partido Socialista. E portanto ele confia muito que se encontre uma solução financiamento no PRR, que se possa dar seguimento urgente ao processo.-----

Referiu um outro aspecto que foi prejudicial neste processo, foi o facto de, apesar do protocolo inicial definir que o projeto seria elaborado pelo Município, o Município ter remetido essa responsabilidade para a ARS e nós ficamos de pés e mãos atadas. Ou seja, nos tínhamos feito um projeto para um sitio, e queremos levá-lo para outro, mas o projeto tinha dono, era da ARS. E só na semana pesada, depois de negociado este protocolo e a ARS nos por em contacto com o projetista, e nos passar uma carta a dizer que autorizava a transmissão de todos os direitos: nomeadamente direitos de autor e outros é que se conseguiu chegar à fala com o projetista para dar inicio ao processo, de reposição do centro saúde. Diz centro de saúde, porque Parque de Saúde, é um conceito que não existe, é um edificio com cinco andares, com três entradas independentes, que vai albergar cinco, seis ou sete serviços , que integram os cuidados de saúde primários do nosso concelho. Portanto é um centro de saúde, é um edificio. Afirmou que se vai utilizar entre seis mil e quinhentos a nove mil metros quatuos, para instalar o mesmo equipamento, que se tentou colocar em dois mil e

setecentos metros quadrados num outro espaço. Portanto, estava-se nitidamente a meter o “Rossio na Betesga” e esta solução, vai ser uma solução boa, vai ser uma solução de futuro, ser for necessário fazer novos equipamentos, fazer ampliações, criar novas condições, ter-se-á capacidade para o fazer. -----

Portanto, termina dizendo, relativamente ao ex. Ministro Correia de Campos, estão em paz, está tudo bem. Em relação à ex. Ministra Marta Temido, que não acarinhou este processo, eventualmente descriminou. Em relação ao Ministro Manuel Pizarro, tem muita esperança que aquilo que está traduzido neste compromisso, se concretize. E em relação à actuação do Município de Lamego ou de qualquer outro município,, na área da saúde, ele quer deixar uma coisa muito clara. Já o disse muitas vezes nesta Assembleia.-----

Na área da educação nos estamos também à vontade, desde os anos oitenta, temos responsabilidades nesta matéria, noutras áreas não temos, de facto, essa tradição. Mas isso não quer dizer que não tenhamos essa competência, tem-se a competência para gerir melhor que o estado qualquer serviço ou atividade que esteja no nosso território, e que se dirija à nossa população. Temos meios técnicos, temos capacidade política, quer no Executivo, quer na Assembleia decidir sobre a forma de o fazer, e tem-se um sentimento muito mais profundo das necessidades da nossa população do que tem o Governo e a Administração Central, que está na sua dependência. -----

Em relação a isso quer dizer que rejeita liminarmente, essa suspeita que os municípios, possam não estar à altura para exercer competências na área da educação, acção social ou qualquer outra que o Governo entenda transferir para nós.

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e nove e membros-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta e sete votos a favor e dois votos contra.-----

Interveio o Presidente da Assembleia para dizer que se vai avançar para a discussão dos pontos 3.2 e 3.3, referentes aos regulamentos municipais e á 2.ª alteração do mapa de pessoal.-----

Usou da palavra **Presidente da Câmara** para dizer que na última reunião aprovou-se uma alteração ao ROSM, e ele disse que na reunião de abril traria outra. Está-se a fazer alterações que são necessárias para adaptar a organização dos serviços municipais, para aquilo que são as necessidades que, quotidianamente, chegam ao Município, e têm que ser por nós respondidas junto dos cidadãos. -----

Algumas alterações têm que ver com as transferências de competências, tal como aqui foi referido e por isso se fez a alteração da ordem de trabalhos, o que não seria necessário. Pode-se criar condições em termos de organização para receber competências que não temos, recebe-las futuramente, mas o Presidente da Assembleia assim decidiu, e está aprovada a transferência na área da saúde, e essa é uma das situações que justificam a alteração ao ROSM, além da caixinha que diz

saúde, temos o Concelho Municipal de Saúde, que é uma nova entidade que será criada e tem-se também a estratégia local de saúde, que é um documento obrigatório, que se irá levar a cabo-----

Portanto, esta alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais traduz essas necessidades.-----

Tem-se também oito assistentes operacionais, de facto, só sete é que estão providos, mas são oito assistentes operacionais do quadro, que são criados no nosso mapa de pessoal, para se poder fazer a transferência desses colaboradores para os quadros do Município.-----

E faz-se também uma alteração que se prende com esta agregação de mais assistentes operacionais, mas também, com os assistentes operacionais, que já foram integrados pelo Ministério da Educação na autarquia, e pelo crescimento que tem tido o número de assistentes operacionais ao serviço dos centros escolares. E está-se a propor a criação de seis encarregados operacionais. Porque criar estes seis encarregados operacionais, porque nós temos dois encarregados operacionais no agrupamento Latino Coelho, na Escola Latino Coelho, e no agrupamento da Sé, na Escola da Sé. Nos restantes estabelecimentos de ensino não temos encarregados operacionais, e temos muitos assistentes operacionais que precisam de ser coordenados, e são coordenados ou por um colega ou seja um *primus inter pares* ou por um assistente técnico ou por técnico superior que esteja no estabelecimento. Vai-se isso harmonizar o funcionamento da estrutura com a criação de um encarregado operacional, em cada um dos estabelecimentos escolares e o sexto encarregado operacional, irá ser um encarregado operacional, que fara uma coordenação geral dos assistentes operacionais, diga-se assim, estão dispersos por vários serviços, desse os serviços de limpeza, no próprio edifício da Câmara até aos outros edifícios, como biblioteca, arquivo, e agora o centro de saúde, e as demais instalações na área da saúde. -----

Primeira alteração de decorrente, na alteração da área da saúde.-----

Referindo à 2ª alteração, afirmou que no tempo da troika, o Governo decidiu limitar o número de chefias de divisão, direcções de departamento, e outras unidade orgânicas que as Câmaras podiam ter. Compreende-se, era tempos de exceção e eram tempos em que eram impostas limitações aos municípios, algumas das quais, claramente, contrárias, a autonomia do poder local, e esta é uma delas, que ele sempre de debateu contra ela. Nessa altura, nós fizemos a fusão de um conjunto de divisões que tínhamos, nomeadamente a Divisão de Manutenção e Serviços Urbanos e a DAQV – Divisão do Ambiente e Qualidade Vida, foram fundidas numa só. E a Divisão de Obras Municipais e a Divisão do Urbanismo e Desenvolvimento Económico foram também fundidas na mesma divisão-----.

O que se está hoje a propor, é a criação de uma nova divisão, dirigida aos investimentos municipais. Ou seja a todos os projetos que o Município tem que

preparar, e lançar em termos de empreitada, durante o período correspondente ao PRR que é até ao próximo quadro comunitário Portugal 2030. Torna-se necessário que se faça esta divisão, porque a Divisão de Obras e de Urbanismo está subcarregada, estamos, neste momento com o processo de revisão do PDM, na parte do planeamento urbano, com as Aru's, a redefinição das Aru's e estamos, naturalmente, com todo o trabalho urbanístico o que a Divisão tem que fazer, acrescido de algumas atividades, nomeadamente, por via dos projetos que se têm na área da habitação social, da reabilitação urbana.-----

E por outro lado a parte de obras municipais, de investimentos municipais, que está com um conjunto imenso de projetos, que têm que se feitos em tempo record, para se poder ter uma lista de investimentos a mapear no Portugal 2030, previsivelmente em julho próximo. Portanto, isto exige uma Divisão de áreas para se saber quem está a trabalhar em planeamento e urbanismo, quem está a trabalhar em investimentos municipais, e poder fazê-lo de forma célere.-----

Também aqui há uma alteração ao nível do quadro de pessoal, posto que se tem duas vagas na Divisão de Obras e Urbanismo, uma para Eng.º Civil, uma para arquitecto, e essas vagas passarão para a nova Divisão de Investimentos Municipais.-----

Relativamente a outras alterações de organização, afirmou que se trata apenas de mexer, pontualmente, nas caixas onde os serviços são desenvolvidos, concretamente, o Gabinete Técnico Florestal, que estava na dependência na Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos, passa para a Proteção Civil. Ele tinha proposto e foi ele que propôs, portanto, assume aqui a alteração de posição essa separação, porque entende, quem define o que é para fazer, não deve fazer e fiscalizar aquilo que foi feito. Haveria melhor segregação de funções se houvesse duas unidades orgânicas a intervir nesta matéria. Mas é verdade é que isso complica. E além de complicar, os recursos são escassos. Nós podemos concentrar esta atividade na proteção civil, e abrir uma nova área de atividade, que tem a ver com sustentabilidade e com o futuro, de que é um grupo de trabalho para os objetivos suficientemente sustentável. Que de resto é coordenado, pelo representante comunista nesta Assembleia Municipal, que enquanto colaborador do Município, acha que não se pode queixar da politização da nossa acção. E portanto devolve o desafio, que este grupo de trabalho, no futuro justifique uma nova unidade orgânica e portanto mais uma alteração ao ROSM. Porque acha que não se tem outro caminho, se não se olhar para o nosso desenvolvimento no futuro, de uma forma sustentável, e cumprindo aquilo que são os objetivos das Nações Unidas. Mas sobretudo também, os nossos objetivos políticos, que nestes órgãos próprios do Município tem vindo a ser definidos. -----

Por fim, disse que se irá nas contas para olhar um pouco, para o balanço social, para a estrutura dos recursos humanos do Município.-----

E para quem acha que se está a criar uma estrutura grande e que se está a recrutar muita gente, ele recomenda que olhem para pirâmide etária. O Município de Lamego

tem apenas um funcionário com menos de trinta anos, em contrapartida tem 27 funcionários com mais de sessenta e cinco, 80% dos nossos funcionários têm mais de quarenta e cinco anos, e temos mais de funcionários, cento e cinco a mais dos sessenta anos, isto é uma coisa que abissal.-----

E a transferência de competências, por parte da Administração Central só prejudicou, as pessoas que vieram do Ministério da Educação e que vêm agora do Ministério da Saúde, são pessoas já com idade. Ou seja em vez de renovar, o que traz, é um lastro de dificuldades à gestão por parte do Município. Nomeadamente temos dezasseis pessoas em baixa permanente, e temos trinta e oito com limitações de algum tipo. Não podem pegar em pesos, não podem estar em pé ou não se podem sentar. Tem-se um conjunto grande de pessoas com dificuldades, que leva a uma taxa de abstenção na ordem dos 9, 75% . Ou seja, dos 427 funcionários da Câmara, há sempre 41, que cada dia que não estão cá a trabalhar. Precisa-se de olhar para este problema, de forma muito clara, temos que nos entender em relação a isto. Precisa-se de renovar, isto é, precisamos de admitir jovens, precisamos de fazê-lo em simultâneo com a manutenção de alguns funcionários, com mais idade e mais experiência, e precisa de qualificar os recursos da Câmara, sempre, com pessoas com mais qualificação académica e com mais capacidade de olhar para o futuro, de uma forma aberta e de uma forma consistente.-----

Portanto esta organização dos serviços tende para isso, não será, seguramente a última que se vai fazer durante este mandato, mas a estratégia é esta que está definida e para a mesma pede a aprovação da Assembleia.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para dizer que ouviu atentamente a explicação do Presidente da Câmara, e, apesar de algumas justificações serem válidas, como facto preocupante é a contratação galopante de novos funcionários para os serviços do Município. Chamando a atenção ao Presidente da Câmara para aquilo que é o critério de seleção dos funcionários. Isto porque, a imagem que muitas vezes passa para o exterior, é de que existe aqui um género de agenda de promessas eleitorais. -----

Até porque, quando o Presidente da Câmara é questionado, por exemplo, no sentido de se melhorarem as condições de trabalho, a resposta do Presidente da Câmara é “não há dinheiro”, e que “este Executivo tem outras prioridades”. Perante isto, e pensa que está há vista de todos qual é que é a prioridade do Executivo nesta agenda. Ou seja, a prioridade naquilo que é gestão dos recursos financeiros consiste na contratação de mais recursos humanos, e muitas das vezes, e quer reforçar isso, sem critérios e sem razoabilidade. Excluindo como é óbvio, como disse no início, algumas situações, como é a questão das contratações de recursos humanos ao abrigo do IEFP, naquilo que são os recursos humanos para os centros escolares, ou até naquilo que é o ingresso derivado à transferência de competências. -----

Assim, convida os membros da Assembleia a visitarem a plataforma base.gov.pt, para constatarem o número elevado que temos de recursos humanos que são contratados por avença. É um pequeno exercício que deixa aqui para depois do almoço. -----

Por isso, o que demonstra aqui, de certa maneira, é um planeamento com pouco rigor, com pouca assertividade, aquilo que não é uma boa gestão dos recursos humanos, e não deveria acontecer. Por isso, naquilo que á sua perspetiva, importa aproveitar melhor os recursos humanos existentes na Câmara Municipal. Muitos deles estão subaproveitados. E também é importante melhorarem as suas condições de trabalho, algo que inclusivamente, teve a oportunidade de recalcar. Só assim, só criando melhores condições, é que, de facto, é possível cativá-los para que possam melhorar as suas funções e para que possam ter um bom grau de produtividade. -----

E, além disso, vai aproveitar as palavras do Presidente da Câmara, que falava há pouco na questão de existirem alguns funcionários, que têm algumas limitações. Assim, vai, novamente, questionar, até a propósito daquilo que ele questionou na última sessão da Assembleia, a propósito da atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, se o Presidente da Câmara já teve oportunidade de fazer o estudo que disse que iria fazer, foi o Presidente da Câmara, a dizer, inclusivamente, que há pessoas que têm essas limitações, que têm essas debilidades. Por isso, pergunta se a Câmara já fez esse estudo, se já respondeu, inclusivamente, aos requerimentos apresentados por alguns funcionários, porque é preciso saber se responde ou se é necessário que estes funcionários recorram a outros meios, o que acha que seria desnecessário. -----

Além disso, o Presidente da Câmara também falou, e bem, também concorda com ele, com o facto de nós termos recursos humanos já com alguma idade, até referiu no facto de ter um funcionário com mais de trinta anos de atividade. E, então, pergunta o que é que está ser feito pela Câmara Municipal, relativamente à alteração do reposicionamento remuneratório, ou seja, que consiste numa subida de uma posição remuneratória para os trabalhadores, que por acaso tenham trinta anos ou mais de serviço na categoria de assistente operacional. Esta é uma realidade, existem alguns trabalhadores do Município que estão enquadrados nessa vertente, e que tem conhecimento que também apresentaram requerimentos à Câmara Municipal, no sentido de obterem uma resposta, mas, que até agora essa resposta não existiu. Ele pergunta se estes também têm que recorrer a outros meios, para obter uma resposta. Acha que era desnecessário, e por isso deixa aqui um apelo para que isso seja concretizado. -----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, cumprimento especial o Presidente da União de Freguesia de Cepões, Meijinhos e Melções, obrigado pelo sua receção atenciosa. Um cumprimento especial a todos que acompanham esta sessão através das redes sociais.-----

Em relação a estes dois pontos quer fazer um pequeno apontamento, e reforçar o que já referiu, em sessões de Assembleias anteriores. Realçar a capacidade de análise, reflexão, flexibilidade e ajuste que caracteriza este Executivo, no sendo de perceber as alterações necessárias enquadradas numa gestão competente e ajustada, das necessidades dos recursos, e neste caso, concreto, a alteração ao regulamento de organização dos serviços e mapa de pessoal. -----

Por um lado é notória a preocupação me desburocratizar, a busca da eficiência, a eficácia dos serviços, com intento das melhoria prestados aos serviços os munícipes. Por outro lado, a capacidade de reestruturação do reforço e requalificação dos recursos humanos, com o propósito único de conceber uma resposta de qualidade às diferentes situações. Pensa que é este o caminho a trilhar, rumo à inovação, à proximidade e à eficácia que considera ser um anseio de todos os lamecenses. Agora dirigindo-se ao membro Romeu Sequeira e referindo uma frase que citou à pouco, construir o caminho de futuro para os nossos lamecenses. Este caminho que também anseia, todos anseiam, não passa pela reestruturação necessária de serviços e da requalificação dos recursos humanos?. Como pode ser construído um caminho de futuro, se durante o percurso são limitados e boicotadas as estratégias de melhoria? Como pode ou pode ser criticado duvidar de um Executivo que ajusta, que adequa as suas estratégias às diferentes necessidades que vão surgindo?-----

Este Executivo não pretende deixar concursos pendentes, pretende sim, encontrar respostas eficazes, e agora é ela que a convida o membro Romeu Sequeira a refletir.

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que não vai trilhar sobre aquilo que já foi dito, por parte do membro Romeu Sequeira. Mas é obrigado a fazer uma intervenção sobre esta última intervenção, sendo curta, permita-lhe apenas dizer ao membro Alita Carvalho que, quando começou a ouvi-la, pensou que estava a ouvir uma qualquer alegoria, da Caverna de Platão, ou um qualquer sinal estratosférico daquilo que não corresponde, logicamente à realidade. -----

A realidade é outra, a realidade com que a gente se vai enfrentando aqui, e o partido Socialista já fez essa mesma denuncia, pois uma coisa são as alterações por via daquilo que é a necessidade de integrara os novos serviços descentralizados. Outra coisa é aquilo que os serviços que já estão presentes no Município. E aquilo que se vê, logicamente, por muito que custe às pessoas, é falta de planificação, é a falta de visão, e portanto nada disto que aqui foi dito, do seu ponto de vista, corresponde a isso. -----

Disse que compreende que possa de vez em quando aqui, entrar, num qualquer processo exotérico, de afirmação e seguidismo. Mas permitam-lhe apenas de dar a nossa visão diferente, porque nem sempre os processos exotéricos, são os processos que correspondem à verdade. Depende muito do ponto de vista, e o nosso ponto de vista, que é aquilo que a gente constata, é como umas vezes é verde, outras vezes é preto, outras vezes é cinzento e quando se navega à vista dá nisto. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para afirmar que, falar em contratação galopante é um absurdo, durante doze anos em que foi Presidente de Câmara, entre 2005 e 2017, manteve-se o mesmo número de colaboradores, que herdou do anterior Executivo Socialista, e aumentou imenso o número de equipamentos municipais, Teatro Ribeiro da Conceição, piscinas e outros que não existiam e alguns serviços, por exemplo, os serviços de acção social, tinha uma única assistente social e que passaram a ser serviços com equipas multidisciplinares de maior dimensão. -----

E vai-se continuar a fazê-lo, ou seja, vai-se renovar e renovar implica contratar novo, não implica apenas receber que vem de outros serviços.-----

Disse que o partido Socialista está aqui a colocar-se numa posição muito similar à dos sindicatos, defendem os trabalhadores sindicalizados, que têm emprego e pagam as quotas para os sindicatos, mas que não defendem os trabalhadores, que não têm emprego e que gostariam muito de aceder a um emprego, seja no sector público seja no sector privado, ter perspectivas de carreira futura. -----

Afirmou que o membro Romeu Sequeira no subsídio de pensão, que já tinha respondido ao deputado Alexandre Hoffmann, falou também da alteração de posicionamento remuneratório, dos colaboradores com mais de trinta anos, que são imensos, com mais de trinta anos de serviço, são muitos e que terão a sua resposta nos termos da Lei. Mas não falou nada sobre aquilo que, de facto, são as necessidades de renovação dos serviços do município, e limitou-se aqui a deixar no ar uma questão, relativamente a consultar a base Gov.pt. Disse para consultar a base gov. no período de 2017 a 2021, e já agora, depois desta consulta cruze os apelidos dos contratados com as pessoas que se sentam nesta Assembleia.-----

3.2. **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA 2.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE LAMEGO ROSM -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, das competências previstas na alínea m) do n.º 1 do artigo 25º, e alínea k) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere aprovar: -----

1. Que a organização interna dos serviços mantenha o modelo de estrutura Hierarquizada; -----
2. Que se fixe em 8 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis chefiadas por um dirigente de 2º grau - Divisões Municipais;-----
3. A 2.ª alteração ao Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, que terá as alterações contantes no anexo I, o qual faz parte integrante da presente proposta;

4. Alterar o Organograma aprovado e constante do “Anexo II – Regulamento da Organização dos Serviços Municipais”, em razão do previsto nos números anteriores e conforme documento em anexo; -----

5. Aprovar a subsequente alteração ao mapa de pessoal 2023, decorrente desta alteração; -----

6. O envio à Assembleia Municipal para deliberação e aprovação da presente proposta e respetivos anexos. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e nove membros. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor e onze abstenções.

3.3 – **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA 2.^a ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor: -----

Nos termos do disposto nos artigos 28º e 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, contendo o número de postos de trabalho para o desenvolvimento das respetivas atividades. Dispõe o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica, devem orientar-se pelos princípios da unidade da eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização dos meios e da eficiência de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. Neste quadro, urge proceder a alguns ajustamentos na estrutura organizacional dos serviços municipais, de modo a conferir maior eficiência e eficácia no sentido de que os mesmos possam dar às necessidades e exigências dos cidadãos, decorrentes dos desafios e realidades existentes, bem como dispor de uma lógica de racionalização dos serviços e de estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, tendo em conta as atribuições e competências que estão conferidas aos municípios. Considerando que, por deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão ordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2022, foram aprovados o orçamento e o mapa de pessoal para 2023 da Câmara Municipal, aprovada em reunião extraordinária, de 30 de novembro de 2022, onde constam verbas orçamentais próprias para «Encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal e para os quais se preveja recrutamento» além das verbas destinadas a suportar «os encargos relativos a remunerações» com os

1 Técnico Superior, área de Engenharia Civil, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Divisão de Obras e Urbanismo, serviço de Gestão Urbanística; -----

1 Técnico Superior, área de Arquitectura, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Divisão de Obras e Urbanismo, serviço de Gestão Urbanística; -----

Propõe-se que a Câmara Municipal de Lamego, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 4º, n.º 1 e 5º, n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e 29º, n.º 4, sob a epígrafe «Mapas de pessoal», da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, delibere:-----

1º- Aprovar e autorizar a criação dos seguintes postos de trabalho, que se individualizam: -----

6 Encarregados Operacionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 5 serão incorporados na Divisão da Juventude, Desporto e Educação e 1 na Divisão Administrativa e de Coordenação;

1 Técnico Superior, área de Engenharia Civil, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Finanças e Património-Serviço de Aprovisionamento e Contratação Pública; -----

1 Técnico Superior, área de Engenharia Civil, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Investimentos Municipais, área de Obras Municipais; -----

1 Técnico Superior, área de Arquitectura, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a Divisão de Investimentos Municipais, área de Obras Municipais; -----

6 Assistentes Operacionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para os trabalhadores transferidos no âmbito da Saúde, ao abrigo do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01; -----

2 Assistentes Operacionais, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para os trabalhadores transferidos no âmbito da Saúde, ao abrigo do artigo 18.o do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01;-----

2º- Que, em caso de aprovação, a mesma seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e suas posteriores alterações e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e nove membros.-----

Deliberação Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor e onze abstenções.

3.5-ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/20213, DE 3 DE SETEMBRO.----

Presente à sessão da Assembleia Municipal, a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte do seguinte teor: -----

“Considerando o disposto no artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro de 2013 (lei das Finanças Locais), ao Auditor Externo, compete proceder anualmente à Revisão Legal das Contas, que inclui todos os trabalhos complementares de acompanhamento e formulação neste domínio, desenvolvendo nomeadamente os seguintes procedimentos:-----

Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;-----

Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimento do município; -----

Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; -----

Remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou da entidade Associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respetiva situação Económica e financeira;-----

Emitir parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal. – -----

Ter presente as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas; -----

Pronunciar-se sobre outras situações determinadas por lei, designadamente sobre os planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei. e, em virtude de o Auditor Externo ser nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.-----

Após análise da proposta apresentada pelo concorrente:-----
Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.-----

Dispõe o n.º 1 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), de 03 de janeiro, que o Auditor Externo é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, de entre Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas;-----

Atenta a apresentação e apreciação da proposta, verifica-se que a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda., está

inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 92, e Dr. Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues – ROC n.º 1047, em representação da sociedade.-

A Câmara Municipal propõe no uso da competência atribuída pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à Assembleia Municipal que delibere no sentido de aprovação e nomeação do Auditor Externo.” -----

Deliberação: Retirada da ordem de trabalhos, volta a próxima sessão-----

3.6. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA II ALTERAÇÃO MODIFICATIVA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Considerando que: -----

a) Consta da informação da Gestão Financeira n.º 2373/23 (NIPG: 6660/23), os fundamentos para a alteração modificação ao orçamento & GOP ´S 2023, este aprovado em 19 de dezembro de 2022, pela Assembleia Municipal; -----

b) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração modificativa. Nesta conformidade, submeto á consideração superior:-----

1. Apreciação e votação pela Câmara Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da II alteração modificativa orçamental, no montante total de 1 720 000,00€; -----

2. Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas em anexo.” -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que o Executivo apresenta a segunda alteração modificativa ao orçamento, contém um conjunto de alterações de reduzido impacto na gestão financeira do Município, e que se prendem com o projeto PRR para o Museu de Lamego, com um projeto FEDER para a Torre dos Figos , que é uma pequena casa, que foi adquirida pelo anterior Executivo, e que tem um projeto de reconstrução, ainda no âmbito do PEDU. -----

Afirmou que na prorrogação para 2027, o contrato de leasing de viaturas está a decorrer, está atrasado, ficou deserto o primeiro concurso e portanto cairá em 2027.

No contrato de manutenção preventiva dos equipamentos informáticos, disse que foi lançado um procedimento para dois anos, está a fazer a extinção dessa verba, e, finalmente na aquisição de terreno para o Parque de Saúde de Lamego, posto que, como é sabido o terreno escolhido incide sobre o antigo hospital, que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, e portanto, nesse sentido, sentido irá promover a aquisição da parcela de terreno necessário-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres**, para dizer que em relação a este ponto, nada a obstaculizar aos outros ponto anteriores, a excepção deste último, porque é

aquilo que diferencia a coligação “Somos Lamego” e o partido Socialista. Aquilo que diferencia é, exatamente, isto. Foi ideia deste Presidente da Câmara, desde o primeiro dia que chegou a este mandato, que o futuro Centro de Saúde, tinha que ser, doesse a quem doesse, nos terrenos correspondentes ao antigo hospital de Lamego. -----

E foi dito na altura, inicialmente dizia que não, hoje já o afirmou, portanto, deduz que já há acordo, os valores acordados com a Santa Casa da Misericórdia, isto tudo distingue-os por completo. Porque aquilo que se está aqui a preparar para fazer, é, de facto, gastar, pelo menos, antes de começar o que quer que seja, mais de trezentos e cinquenta mil euros., por um terreno. Pergunta se não há, discutindo até a possibilidade de outros terrenos, não aquele que tinha inicialmente escolhido, terrenos municipais para o colocar.-----

Pode-se, inclusivé, discutir nesta altura do campeonato, se é essa a melhor localização, se é essa a melhor localização. Mas há uma coisa que se sabe, desde já, os lamecenses vão pagar trezentos e cinquenta mil euros, pelas áreas que tinham sido indicadas inicialmente, portanto, se for qualquer coisa, como sejam seis mil metros ou sete mil metros, entre cinquenta e sessenta euros por metro quadrado, já nem vai falar dos muros. Porque se for ali para a zona da Calçada da Guerra, provavelmente vamos lá ter um muro mais alto que o Muro das lamentações de Jerusalém. A questão que coloca, porque é que os lamecenses vão gastar, obrigatoriamente, ter pagar trezentos e cinquenta mil euros pelo terreno? Porque é que não se arranja uma solução que seja gratuita, implantar o projeto que já estava, mas arranjar uma solução gratuita. Isto distingue-os e logicamente que em relação à alteração orçamental, votarão contra.

Sendo certo, ficará, desde já aqui a ressalva, para já não se vir a seguir com o populismo barato e bacoco, o partido Socialista é sempre 100% a favor da construção do novo Centro de Saúde. Agora voltar-se outra vez a entrar na lógica do despesismo, entrar-se outra vez na deriva. Estar-se aqui a patrocinar um negócio que já começa a ver que estava decidido desde o início, sinceramente não dá para esse peditório. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para dizer que, de facto a diferença entre o Executivo da coligação “Somos Lamego” e o Executivo anterior do partido Socialista, é imensa. E a diferença de posições que aqui são expressas é também muitíssimo grande. E porque? Porque o anterior Executivo também pequenito, e pensou tão pequenino, que tentou meter um centro de saúde, num terreno onde não cabia. E pensava tão pequenino, que durante quatro anos, não executou um único projeto. Um único. Mesmo o projeto do centro de saúde pediu à ARS, para ser à ARS a fazê-lo. Afirmou que esta operação não vai gastar trezentos e cinquenta mil euros dos fundos da Câmara. Esta operação vai poupar três milhões e meio de euros, repte, três milhões e meio de euros ao orçamento do executivo municipal, e porque? Por um motivo muito simples.-----

O projeto anterior estava financiado com quatro milhões de euros, ia custar sete milhões de euros. Este projeto vai custar sete milhões de euros, e vai ser financiado

com sete milhões de euros conforme está no documento que há bocado foi aprovado nesta Assembleia. O partido Socialista na anseia de lançar o projeto do centro de saúde, aceitou condições que não devia no processo com a ARS.-----

Quando em setembro, foi apresentada ainda ao partido Socialista a revisão independente do projeto do centro de Saúde, tinha um sub financiamento de 30%, quatro milhões de euros desses trinta, são um milhão e duzentos mil euros, mais o IVA. Só em setembro de 2021, antes desta questão inflacionista, que decorreu da guerra na Ucrânia e de outras questões que estão a acontecer no mundo. Toda a gente via que era impossível construir quatro mil e duzentos metros quadrados, de uma estrutura técnica, exigente e complexa, como é um centro de saúde, com quatro milhões de euros, ainda mais num terreno, onde também tinha o muro das lamentações, de quase vinte metros de altura. -----

Portanto, estamos aqui a falar de um projeto com alcance e uma visão, completamente, diferente, para a cidade e para o concelho.. O que se está a falar é de implantar o centro de saúde, num terreno que foi sempre, pelo menos, nos últimos 130 anos, dedicado à área da saúde. Mas está-se a falar não apenas disso, está-se a falar de aproveitar a implantação desse equipamento, para resolver um problema de acessibilidade da cidade a um conjunto de freguesias do nosso Concelho, nomeadamente às freguesias de Ferreiros, Avões e Penajóia, alargando a Calçada de Guerra e criando espaço para a criação de uma nova rotunda, para fazer a ligação a Franzia e ao Relógio do Sol, no troço da circular externa que ali está projectada há muitos anos. -----

A coligação “Somos Lamego” olha para a frente, vê longe, e consegue fazê-lo poupando dinheiro ao erário -público municipal. Porque se tivesse sido adjudicado, pudesse ter feito e tivesse adjudicado o projeto do centro de saúde, nunca seria por quatro milhões de euros, mas no mínimo, por seis milhões e meio na altura, e a diferença era assumida pela autarquia, noas termos do acordo estabelecido pelo anterior Executivo Municipal.-----

Afirmou que, com esta solução, nós fazemos, passe a expressão dois em um, instala-se o centro de saúde, cria-se uma nova avenida na Calçada da Guerra, implanta-se a rotunda da CEL que fará a ligação a Franzia e ao Relógio do Sol, dá-se um novo impulso, a uma área da cidade que, obviamente, precisa muito de investimento e á única entrada da cidade, que nos mandatos anteriores, não teve oportunidade de intervencionar e que gostava de fazer agora e vai-se fazê-lo por esta via, juntando este projeto ao centro de saúde, e depois à requalificação do Jardim do Campo, bem como à requalificação do Bairro de Nazes, fazendo aqui uma malha urbana, para a qual o partido Socialista não tem nem visão nem sensibilidade, mas a coligação tem.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e nove membros.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, oito votos contra e três abstenções.-----

3.7. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, BEM COMO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO QUE A SUPORTA, RELATIVA AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2022, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere o seguinte -----

“No seguimento da informação n.º 2311/2023 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, em regime de substituição, e em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2022, perspectivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central. Assim desta forma propõe-se:-----

a) A aprovação dos documentos de prestação de contas de 2022, por parte do Executivo, conforme o disposto da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

b) A aprovação da proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão; -----

c) Remeter a prestação de Contas de 2022 ao Tribunal de Contas, até 30 de abril, por forma a ser acautelado o prazo previsto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 6/2022;-----

d) Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 27º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estes documentos sejam apreciados e votados pela Assembleia Municipal; -----

e) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.” -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que pensa que este relatório e contas que o Executivo apresenta claros na sua apresentação e explicação, por um conjunto de quadros que o ilustra. Cria-se a esse respeito agradecer aos serviços municipais, com o trabalho que tem sido efectuado, no sentido de melhorar a prestação de contas e facilitar a apreciação das contas pelos membros da Assembleia.-----

Quer chamar também a atenção para o resumo, uma mensagem e enquadramento que ele fez, e onde refere os principais elementos, a ter em conta, em termos das contas municipais.-----

Relativamente à actividade os relatórios são exaustivos, são relatórios efectuados por todos os serviços e transcritos naquilo que era a parte fundamental da actividade de cada divisão orgânica.-----

Chama a atenção dos membros municipais para a questão de pessoal, que já referiu na discussão do Mapa de Pessoal, nomeadamente para o envelhecimento do quadro orgânico da Câmara Municipal para o absentismo. E portanto, para a necessidade de renovar os recursos humanos ao dispor da Câmara.-----

Relativamente à execução orçamental, a execução orçamental de 2022 foi excelente, teve-se trinta um milhões e seiscentos mil euros de receita e vinte e nove milhões e duzentos mil euros de despesa. Foi uma execução excelente, comparando com qualquer outro ano, nomeadamente os anos de 2019 e 2020 em que a execução orçamental rondou os vinte e dois milhões de euros. -----

Afirmou, se comparar-se com a de 2021, ter-se-á que deduzir aos trinta e três milhões de euros de 2021, sete milhões de euros de financiamento obtido pelo anterior Executivo, e que foram empréstimos contraídos para pagar empréstimos. Portanto são meras operações de tesouraria, não acrescentam à execução orçamental. -----

Disse que, dentro desta excelente execução orçamental, deve-se ter em conta um aspecto, do aumento das despesas correntes, que decorrem, exatamente de transferências de competências, por parte da Administração Central, e que são, essencialmente despesas correntes, pagamento de salários e manutenção de instalações.-----

No que concerne à dívida, disse que a dívida é sempre um tema, uma tema de discussão, nas Assembleias Municipais sobre as contas. A dívida atual do Município situa-se nos vinte e dois milhões e setecentos mil de euros, era de vinte e três milhões e novecentos mil euros, em 2021, portanto, teve-se uma redução de cerca de um milhão e oitocentos mil euros.-----

Informou que está patente a lista dos empréstimos, sendo que, todos os empréstimos referenciados com um traço bei, que são empréstimos que foram contraídos pelo anterior Executivo Socialista, entre os quais o empréstimo relativo à cessão do acordo de pagamento às Águas de Trás-os-Montes. -----

Portanto, tem-se aqui um recorde de execução, conseguido sem qualquer operação de financiamento, sem aumentar a dívida do Município.-----

Em relação à evolução da despesa paga quer chamar a atenção para um conjunto de rubricas que têm vindo a e que são, obviamente, as ligadas à educação, ao pessoal, à limpeza urbana, à electricidade, aos combustíveis, a um conjunto de funções, que são muito importantes.-----

Mas, aumentou-se também, as transferências, quer para as freguesias quer para os clubes e coletividades, e esse é um aspeto de que se orgulha muito, porque partilhamos com estas entidades, com as Juntas de Freguesia e com o associativismo local, muitas das dinâmicas locais, e do apoio aos nossos concidadãos.-----

O Resultado líquido do exercício é positivo, de dois milhões e trinta e sete mil euros, portanto de salientar esse aspeto.-----

Disse que houve também um aumento significativo do ativo, a Câmara tem ativo de cento e vinte e sete milhões de euros, tem um passivo de trinta e cinco milhões e quinhentos mil euros, e património líquido, de noventa e um milhões e quinhentos mil euros-----

Não estão aqui considerados, porque não estão, aqui, efetivamente, cadastrados e valorizados os ativos de domínio público, isto é, a redes de água e saneamento, águas pluviais, a rede viária, e outros equipamentos de infra-estruturas, que são propriedade da Câmara e que o nosso revisor oficial de contas insiste que deviam ser cadastradas e avaliadas. Acabou-se de fazer o cadastro da rede de águas e saneamento, irar-se fazer a sua avaliação, ainda não se fez o cadastro das vias de comunicação e de outras infra-estruturas.-----

Relativamente à margem de endividamento, a margem de endividamento, tem vindo a melhorar progressivamente, por um lado porque o limite de endividamento é calculado em função do aumento da receita corrente, que não devia ser, no seu entender. Porque assim, favorece quem gasta e prejudica quem investe, e este Executivo gosta de investir e não de gastar. Mas aplicando as contas tem-se um capacidade de endividamento de sete milhões e quinhentos mil euros, dos quais, nos termos da Lei, pode-se usar toda esta capacidade de endividamento para a componente nacional de projetos financiados por fundos europeus, ou 20% para qualquer outra, ou seja um milhão e meio de euros para qualquer outra necessidade.-----

De qualquer forma, dizer também que em termos de depósitos a Câmara de Lamego tem sempre em torno de cinco milhões de euros em depósitos bancários e portanto, não se precisa de recorrer, a não ser que seja para tesouraria pontual e momentos de grande execução orçamental, com grandes obras de fundos comunitários, em empréstimos de tesouraria.-----

Em função das grandes despesas a educação à cabeça, obviamente, com mais de cinco milhões de euros de despesa e depois o fornecimento de água e saneamento, com o ambiente, com a recolha de resíduos. Mas também o desporto com mais de dois milhões de euros, a cultura com um milhão e setecentos mil euros, a energia com um milhão e quatrocentos mil euros, os transporte também com uma despesa muito significativa.-----

E relativamente às contas, em fim este é o relato que quer fazer à Assembleia Municipal, recomendado que, naturalmente, as contas seja aprovadas, porque primeiro elas estão certas e segundo elas são boas.-----

No que concerne ao relatório de actividades não fará grandes referencias, os serviços, de facto, esmeraram-se na preparação dos relatórios, e tem relatórios circunstanciados por cada uma das divisões. -----

Destacava apenas a atenção para aquilo que já referiu aqui, no inicio da discussão em relação ao pavilhão Multiusos, mas sobretudo, em relação ao pavilhão Álvaro Magalhães, que é um equipamento super utilizado, desde as 8 da manhã até 23

horas, com conflitos de utilização grandes entre a Escola Latino Coelho e os Cracks Clube de Lamego que utilizam agora o relvado sintético e depois o futsal e o Andebol. E se olharem para o mapa que vem junto, facilmente se concluiu, que se precisa de um novo pavilhão desportivo em Lamego, que retire esta pressão do pavilhão Álvaro Magalhães para os treinos quotidianos. Mas também do pavilhão Multiusos, para que possa estar disponível, sem piso desportivo montado, para todo um conjunto de outras atividades, de feiras e outros eventos, de natureza cultural e de promoção das atividades económicas. -----

Posto isto e fazendo um relato muito positivo daquilo que foi a atividade económica/financeira, mas também o conjunto das atividades desenvolvidas pelo Município de Lamego e pelos seus parceiros, nomeadamente as Juntas de Freguesia, Clubes e Coletividades, que se refletem nesta actividade, propõe à Assembleia Municipal que estes documentos sejam aprovados.-----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para dizer que antes de iniciar uma análise e dedicação a este ponto, gostaria de pedir ao Presidente da Assembleia, para que de facto estes documentos fossem disponibilizados com mais tempo de antecedência, para que assim se pudesse fazer uma análise mais rigorosa. Pois é um documento extensivo que merece, de facto, uma leitura e uma apreciação concreta. Por isso deixa aqui esta pequena nota. -----

Relativamente aos documentos em discussão, e daquilo que é do ponto de vista técnico, o partido Socialista não tem nada a anotar. Apenas é importante realçar as reservas que foram apresentadas pelo revisor de contas. Reservas essas, se os membros tiveram a oportunidade de verificar, que devem ser tidas em conta, inclusivamente por parte do Executivo, de forma a que no próximo ano sejam inexistentes e que se possa ter assim, realmente, um documento mais próximo da realidade. -----

E ao contrário do que aconteceu, por exemplo, com a reunião do Executivo Municipal, apesar de tardio, dispõem neste momento de todos os documentos, ou seja, para se poder fazer aqui uma apreciação devida. Aquilo que se pode verificar é que, de facto, naquilo que é a perspetiva técnica, elas estão em conformidade com aquilo que está exigido na Lei. -----

Mas, daquilo que deve ser o ponto de vista político, e essa é a sua perspetiva de avaliação, enquanto membro do grupo municipal do Partido Socialista, é realmente, não se reverem politicamente com aquilo que está descrito na prestação de contas. Aqui a justificação é muito simples, o grupo municipal do Partido Socialista não sufraga aquelas que são as linhas orientadoras perpetuadas por este Executivo. -----

E, para começar esta sua análise, disse que gostaria aqui de vincar, logo de imediato, algo que salta muito há vista, é um indicador chave, o desequilíbrio, que está na ordem dos quatro milhões de euros. Ou seja, mais dívida e mais dívida.

Principalmente naquilo que diz respeito à despesa de capital. Pois assumiram-se mais compromissos, mas depois não existiu a possibilidade para os pagar. ----- Acresce ainda o facto, e isso também é importante, que muitos desses compromissos, não estão, devidamente justificados. E mais grave ainda, no fundo, é estar-se a aumentar o défice da Câmara Municipal. Recalca, novamente, a evidência que frisou há pouco, mais dívida e mais dívida. -----

Como é obvio, o Partido Socialista não se responsabiliza, por aquilo que é a gestão municipal, que pode apelar, inclusivamente, de desadequada em relação à realidade deste Município. E, por isso, não nos revemos naquelas que são as linhas orientadoras que a norteiam. -----

Gostaria ainda de realçar a fraca execução das obras, é uma evidência, aliás, pode mesmo dizer-se que está há vista de todos, todos passam por elas diariamente, que as obras não andam nem desandam. Ou seja, o prejuízo no final é para quem? É para a comunidade, e é um prejuízo tremendo, diga-se de passagem. Estas obras já deviam estar concluídas, esta é uma evidência, e não se pode partilhar do contrário. --

Tem-se constatado, aliás, que têm existido sucessivos acertos de contas nestas obras, outra evidência que também não podemos descurar. E é importante realçar que estes acertos não são comparticipados. É o próprio erário público que tem de o financiar. E isto, de facto, não vai de encontro àquilo que deve ser uma gestão municipal rigorosa, ela está desfasada daquilo que é a nossa realidade. Só assim, e só mesmo assim, com algum rigor municipal, é que se pode, realmente, traçar um futuro sólido e real para Lamego e para os lamecenses. -----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz**, para dizer ao membro Romeu Sequeira que, realmente o partido Socialista, tudo o que tem em declarações de voto, até no próprio município, utiliza sempre este argumento, para não votar a favor. As propostas não estão, minimamente, justificadas ou fundamentadas. Disse que isto, está tudo, devidamente, documentado e justificada., não sabe porque não votam as contas.. Que razão política, ainda bem que as contas estão certas, estão contas certas, apenas por razões políticas. E ai, ainda bem que estão desacordo com a coligação “Somos Lamego”, na perspectiva do partido Socialista, na perspectiva da coligação é muito bem que o seja. Sabem porque?, Porque a coligação vai fazer obra, vai fazer obra, aquilo que o partido Socialista não fez, nem projetos para obras futuras. É preciso fazer projetos, sem projetos nada se faz. Dai que a coligação está atenta, vai investir, vai ter despesa de capital, não vai ter despesa em foguetório. Não vai. Não vai deixar.-----

Quanto às obras que estão em andamento, a passagem do túnel de Nossa Senhora dos Remédios, fala no túnel e pergunta como é que isso está. Onde estava o projeto dos acessos? Aonde é que estava o projeto de acessibilidade, não havia tem que ser feito.-----

Referiu-se ao Parque Urbano, não era o projeto inicial, o Executivo anterior alterou muita coisa, salas que ponham risco até a segurança das pessoas. Hoje qualquer

empreiteiro, não está aqui a justificar o construtor ou quem está ligado à construção civil, sabe as dificuldades que está a ter, particularmente em mão-de-obra. A culpa não é do Município, se calhar a culpa é do partido Socialista, que poderia adiantar muito mais cedo. Porque o Parque Urbano está aprovado desde 2017, bem como o projeto. E foi logo financiando, em 2017 ou 2018, assim como o túnel.-----

Disse que as contas estão certas, são claras, portanto a coligação “Somos Lamego” vai, sem carreirismo, vai votar a favor.-----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann**, para dizer que é sempre, com preocupação que usa da recorrência para alertar para o seguinte, que é, contraproducente, não aconselhável e tecnicamente impossível, analisar cerca de trezentas páginas referentes a um tão importante assunto, não antecipando em tempo e de forma razoável o acesso aos documentos. Não se compreende para acertos e agendas, e agilização dessas reuniões, se encurteçam os períodos e tempos de análise que todos necessitariam, para uma correta pronúncia sobre este tema.

Alerta ainda para a atual sessão ordinária, os prazos de convocação e acesso à documentação dificilmente ou pelo menos tangencialmente, se fizeram que cumprir o plasmado no regulamento deste órgão. -----

Associado aos temas trazidos em muito desprestígio, por um lado o papel desta Assembleia e por outro condenam as certezas aqui tomadas. Em qualquer dos casos, lamenta de novo a preocupação com a redução política do tema, pelas questões levantadas, votará com uma abstenção, acompanhando essas mesmas preocupações relativas à análises precárias dos documentos, bem como algumas inconsistências e reservas encontradas na análise superficial, que por outro lado são contrapostas com as aparentes correções técnicas e matemáticas em relação aos números apresentados. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que, relativamente à questão de disponibilização dos documentos e porque já a segunda intervenção nesse sentido, quer prestar os seguintes esclarecimentos: -----

Primeiro – A Assembleia Municipal foi convocada nos termos do regimento que somos obrigados; -----

Segundo – Por Lei os documentos têm que ser disponibilizados com um prazo mínimo de três dias úteis de antecedência. No regimento, por iniciativa da Mesa da Assembleia propôs-se que esse prazo fosse alargado para cinco dias úteis. O prazo de cinco dias úteis foi respeitado nesta questão.-----

Deu mais uma nota, as contas foram aprovadas na reunião de Câmara no dia 11, no dia 12, estavam na plataforma da Assembleia, mais rápido só se fizessemos nós as contas e as colocássemos na plataforma antes de virem à Câmara, não era possível.

Portanto prazo de convocação foi cumprido, prazo de disponibilização legal dos documentos foi cumprido, prazo de disponibilização regulamentar dos documentos também foi cumprido. -----

Sem prejuízo de se trabalhar no futuro, e ter-se mais tempo para disponibilizar, está sensível a este argumento. Contudo, também temos que perceber o seguinte, as contas são aprovadas na Câmara, tem que ser aprovadas na Assembleia, têm que ser enviadas até ao final do mês de abril para o Tribunal de Contas. Portanto dentro destes timings e dentro da agenda de abril que todos conhecem, estes foram os prazos entendidos e que cumpriram quer a lei quer o regulamento. É sensível à questão que é preciso ter tempo para analisar os documentos. Mas não pode aceitar a crítica de que a Assembleia foi tangencialmente convocada ou deixar aqui uma dúvida que a sua convocação não foi legal ou que a disponibilização dos documentos não feita na Lei nem no regulamento.-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que este prazo, se calhar, durante o ano civil, que decorre dos nossos trabalhos, será aquele que exigirá, por parte de todos os membros sem exceção, uma necessidade de prazo mais alargado em relação a qualquer outra Assembleia que possa decorrer. Ainda bem, já manifestou o Presidente da Assembleia essa necessidade para esta situação. Mas por si só, não vai funcionar, é preciso que também haja essa sensibilidade por parte do Presidente da Câmara, neste caso do Executivo e aquilo que pediriam, desde já, pensa que será corroborado por todos os membros, é que na programação, logicamente, a partir do próximo ano, que haja um cuidado naquilo que é o hiato entre a aprovação das contas na Câmara e da Assembleia, e que possa, de facto, haver uma disponibilização mais atempada desta documentação, que muita dela sendo técnica, mas há uma parte também de análise que se torna, de facto, muito difícil, mesmo havendo o cumprimento a partir de quarta-feira e com a esmagadora maioria, se não a totalidade das pessoas que desempenham outras funções, não fossem a tempo inteiro, tona-se, de facto, hercúleo conseguir fazer uma análise tão detalhada.---
Portanto aproveita, desde já, esta interpelação para deixar um aviso e um alerta, que fica registado , para que proximamente, que, de facto possa haver esse atempar de colocação e disponibilização dos documentos para análise, principalmente sobre este tema.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para reafirmar que os documentos foram divulgados, no dia seguinte reunião de Câmara, no dia da convocatória da Assembleia e no cumprimento dos prazos legais e regulamentares. Pode-se trabalhar no sentido de ter mais prazo, é verdade, não depende apenas da mesa a gestão desses prazos, porque há prazos de reporte e há prazos de aprovação dos documentos de reunião de Câmara, que a Mesa da Assembleia não controla, ainda assim, não quer que paire qualquer nuvem sobre a legalidade desta Assembleia em primeiro lugar e em segundo lugar a diligência da Mesa na disponibilização dos documentos. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que o Executivo tem toda a disponibilidade em fornecer todos os elementos com a maior antecipação possível.

Mas também, não se vai fazer disto um “cavalo de batalha” ou por problemas onde eles não existem. -----

Afirmou que as contas são 45 páginas, quase todas elas ilustradas com quadros ou com gráficos, tipo banda desenhada. Para quem saiba apreciar as contas, isto lê-se numa hora, e interpretasse. Portanto não se vai vale a pena estar-se a por complexidade naquilo que não existe. Até porque o esquema de apresentação das contas corresponde ao que a Lei determina e é sempre o mesmo. E não tem nada que saber, basta colocar uns papelinhos coloridos, como ele fez, e tem-se toda a informação e depois usar o marcador amarelo ou vermelho para aquilo que corre bem ou menos vem e tem-se toda a informação.-----

O grande problema é quando não se sabe apreciar o relatório e contas e a interpretação que aqui fez o membro Romeu Sequeira é sinónimo exemplificativo disso. -----

Os quatro milhões e cem mil euros de compromissos assumidos e não pagos, não são dividas, está, completamente, enganado. Dividas são os doze empréstimos que o partido Socialista contraiu, nomeadamente o da cessão de crédito das Águas do Norte. Porque esse a que foi dinheiro, foi gasto, sem se saber onde, dois milhões e trezentos e quarenta mil euros,. Vai-se pagar seiscentos mil euros de juros nos próximos quinze anos. Daqui a quinze anos, não haverá um jovem com vinte e cinco anos, que vai votar, e que diga assim: “ *Então nós ainda andamos a pagar a água de quando eu tinha dez anos e carreguei no autoclismo e ela foi para o esgoto, estamos agora a pagar essa água?*”-----

Disse que no Multiusos, as crianças que hoje estiveram no Multiusos, daqui a quinze anos vai dizer: “*Olhe, eu estive no Multiusos, no dia 19 de abril de 2023, e foi a UTAD que me convenceu a escolher este curso e ir para lá*”. Tem uma utilidade, que é hoje evidente, para as crianças, para os jovens, para os seniores, que vão lá todos os dias. Afirmou que este contrato que foi celebrado pelo anterior Executivo, que gastou dois milhões, trezentos e quarenta mil euros, não se sabe em que, e que o transformou num empréstimo a quinze anos, sem se saber como, e sem o escrutínio, nem desta Assembleia nem de outras entidades que o deviam fazer, isso é que custa. -----

Os quatro milhões e cem mil euros de compromissos assumidos e não pagos, vai explicar o que é, é a capacidade de se realizar obra, melhor e mais depressa no próximo ano. Afirmou que a obra que está a ser contratada hoje e que vai ser feita no próximo ano e no próximo ano e meio, se não se tiver no final de cada ano um volume suficiente de compromissos assumidos e não pagos, para transferir para o ano seguinte, para que tudo o que são obras, tudo o que são projetos, tudo o que são empreitadas tenham continuidade, tem-se rotura. Foi isso que o partido Socialista nunca fez, por isso nunca conseguiu fazer as obras que eram necessárias. -----

Em relação ao Parque Urbano, já que se falou dos muros que estão em processo judicial, tem-se mais dois processos em curso, um concurso para uma área de

exclusão que tinha sido deixado fora do projeto, e os muros cuja a responsabilidade, de acordo com a conclusão que o anterior Executivo tirou, tinham que ser repartidos em termos de custo entre a Câmara e o empreiteiro. E tem sido esse imbróglio resultante da gestão desastrosa que o anterior Executivo fez deste processo, que tem levado a que a obra demore a ser feita-----

Quanto aos sobrecustos, basta olhar, por exemplo, para o que nós pagamos em revisão de preços, cerca de cento e cinquenta mil euros no ano passado, e ainda o que mais virá, que a inflação mantém-se a níveis elevados, os combustíveis, a mão-de-obra, o aço, o cimento, tudo aquilo que implica na revisão de preços nas empreitadas, vai continuar a deixar as suas marcas.-----

Portanto, reiterando a melhor execução orçamental de sempre, com aumento zero de dívida, com despesas em estudos, projetos, pareceres. Consultadoria, completamente, diferente, daquilo que vinha do passado, na ordem dos cem mil euros, e não se sabe bem para que, nos estamos a gastar, cerca de um milhão de euros por ano, em projetos para preparar o PRR e o próximo quadro comunitário, e com uma atividade que está exaustivamente descrita e acha que orgulha os serviços do Município e todos os nossos parceiros, na dinamização de atividades, sejam desportivas, sejam culturais, sejam de atuação direta dos próprios serviços no território municipal. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para fazer um comentário a questão do auditor externo, parece-lhe que um parecer é um documento que serve sempre ou que deve servir de apoio a uma determinada decisão. E o parecer apesar de estar claro, quanto à sua composição, a conclusão e ao lê-la, parece-lhe que devia estar mais clara. Nós enquanto Assembleia Municipal, que autorizamos a contratação do auditor externo, também devemos ser mais exigentes neste ponto. Dizer num parecer “ que somos de parecer que a Assembleia Municipal aprecie o relatório de gestão, obrigado, isso a própria Lei já diz. Acha que aqui o parecer é claro quanto ao seu corpo, é claro quanto à sua intenção de ser um parecer favorável, mas parece-lhe que no futuro deve densificar a conclusão do seu parecer e não dizer-nos aqui, que é algo palaciano, que a própria Lei diz que temos competência para aprovar. Portanto é um reparo ao auditor externo, que não põe em causa a validade das contas.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e nove membros.-----

Deliberação Aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, nove votos contra e uma abstenção.-----

3.8 ASSUNTO PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉDRITO MUNICIPAL (GRAU OURO) AO DR. ALEXANDRE HOFMANN CASTELA, NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º DO REGULAMENTO DAS MEDALHAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Mesa da Assembleia Municipal do seguinte teor:-----

Medalha de Mérito Municipal destina-se, por definição, a agraciar as pessoas singulares ou colectivas de cujos atos tenham advindo benefícios para o Município, designadamente uma melhoria das condições de vida dos seus munícipes.-----

Neste exercício de proporcionarmos aos outros as melhores condições de vida possíveis, a saúde ganha particular relevo. Para qualquer pessoa e, em concreto, para qualquer pessoa doente, o hospital é um lugar importante, onde cada um reclama para si uma atenção quase exclusiva, o que não surpreende, pois todos os doentes se encontram num estado de humanidade ferida. Citando João Lobo Antunes, “no fundo, a doença é um implacável igualizador e ri-se do berço e da fortuna”.-----

É por isso que, no hospital, a figura do médico tem especial centralidade. Todos falamos dos nossos médicos com um elevado sentido de propriedade, como se fossem nossos. “O meu médico disse que”. Confiámos nessa palavra com a força da esperança na cura. E é também por isso que o médico, resistindo à tecnologia e à burocracia, deve preservar a sua face humana.-----

Alexandre Leopoldo Hoffmann Castela é um exemplo dessa medicina com humanidade, com disponibilidade, com dedicação aos outros. Nascido a 17 de Abril de 1956 em Coimbra, ingressa na Escola Alemã, em Lisboa, aos 4 anos de idade, tendo frequentado posteriormente o Liceu D. Pedro V, também em Lisboa.-----

Matricula-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra em 1974, mas em virtude do cumprimento do Serviço Cívico, apenas inicia o Curso de Medicina em 1975, o qual veio a concluir em 27 de julho de 1981. Ainda no 4º ano da Faculdade de Medicina, cria o Serviço de Saúde da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra, tendo após a conclusão do curso médico assumido a direção desse serviço como médico-chefe.-----

Faz o Internato Geral e o Internato Geral Prolongado no Hospital Distrital da Figueira da Foz entre os anos de 1982 e 1985 e, em 1 de outubro de 1985 ingressa no Internato Complementar de Cirurgia Geral no Hospital Distrital de Lamego, iniciando uma relação umbilical com o Hospital de Lamego, a cidade, a região e todos os lamecenses que perdura até à presente data.-----

Termina o Internato Complementar no dia 30 de setembro de 1991, tendo obtido a classificação de 18,45 valores, o que lhe confere o grau de especialista em Cirurgia Geral. Durante este período, não descarta a vontade permanente de aprofundar a sua formação, colaborando clinicamente com vários serviços de especialidade de hospitais públicos, empenhando-se para a modernização dos serviços e suas formas de atuação.-----

Após realização do exame de fim de especialidade, desempenha o cargo de cirurgião no Hospital Distrital de Lamego, passando a orientar a formação de internos da especialidade, para além das tarefas em consultas, bloco operatório e urgências hospitalares já assumidas. Ainda em 1992, toma posse como Assistente Hospitalar de Cirurgia Geral, em regime de exclusividade.-----

Foi nomeado, em 25 de janeiro de 1994, Chefe de Equipa de Urgência, cargo que desempenhou até junho de 1997. Nesse mesmo mês, é nomeado Diretor de Serviço com o apoio de toda a equipa cirúrgica. Em 1999, torna-se Assistente Graduado de Cirurgia Geral do Hospital Distrital de Lamego.-----

Já em 2011, passa a acumular as funções de Director de Serviço com as de Director Clínico no Hospital de Lamego. No mesmo ano ascende, por concurso, à posição de carreira de Assistente Graduado Sénior de Cirurgia Geral.-----

Mais recentemente, em 2018, é nomeado como Adjunto da Direcção Clínica do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro.-----

Nos anos seguintes desempenha ainda vários cargos de relevância, tais como Chefe de Equipa de Cirurgia, Orientador de Internato Complementar, Presidente da Comissão do Bloco Operatório, Presidente da Comissão de Higiene e Controlo de Infecção Hospitalar e Membro da sua Comissão Executiva, Elemento da Comissão de Farmácia, Adjunto do Director Clínico e Membro da Comissão Médica, Elemento Médico do Departamento de Educação Permanente e Membro da Comissão de Humanização e Qualidades de Serviços.-----

Publica, como autor e co-autor, um total de 36 trabalhos sobre temáticas cirúrgicas e clínicas, pertencendo as direcções da Ordem dos Médicos, da Sociedade Portuguesa de Cirurgia, Associação Médica dos Hospitais Distritais da Zona Centro e membro do Núcleo Dinamizador, e à Associação do Médico Hospitalar.-----

Em 2021, é agraciado pela Ordem dos Médicos com a Medalha de Mérito.-----

Ao longo de toda a sua carreira, contabiliza, entre médias e grandes cirurgias, mais de 18 mil procedimentos, calculando-se número maior para pequenas intervenções cirúrgicas, e não sendo possível calcular para consultas, pequenos procedimentos ou atividades de urgência.-----

A sua dedicação ao Serviço Nacional de Saúde e o seu empenho, tempo e entrega para com a saúde pública, os seus doentes e respectivos familiares, granjearam-lhe o agradecimento da sociedade civil.-----

Para os colegas, a opinião é consensual: trata-se de um médico inteligente e zeloso, com uma excelente relação de trabalho com todos colegas, enfermeiros e demais pessoal hospitalar, e dotado de elevada competência técnica e notável assiduidade.----

Para os doentes, o aplauso é unânime: é um médico dedicado e íntegro, um amigo, um João Semana da cirurgia, que humaniza o tratamento sem ocultar a doença e que faz da empatia e da compaixão as principais formas de aliviar o sofrimento.-----

De conimbricense ainda lhe resta a raiz, ainda lhe sobram as fundações dos primeiros anos de vida e de formação médica. Mas Alexandre Hoffmann Castela é, hoje, um lamecense na sua plenitude, por direito próprio, pelo tanto contribuiu para esta cidade e que continuará, seguramente, a contribuir.-----

Costuma-se dizer que a doença convida ao exame da vida, provavelmente o único momento em que chegamos próximo da análise lúcida do caminho que fizemos. Pois

saibamos, com a mesma lucidez, fazer também esse exame acerca do percurso de alguém que sempre se centrou na cura e na vida dos seus, que somos todos nós.-----

Por tudo o que se disse, e nos termos do artigo 3.º ex vie artigo 8.º e do artigo 10.º do Regulamento das Medalhas Municipais, proponho à Assembleia Municipal que:-----

a) Delibere pela atribuição da Medalha de Mérito Municipal (grau ouro) ao Dr. Alexandre Leopoldo Hoffmann Castela;-----

b) A entrega da Medalha de Mérito Municipal se faça em cerimónia solene a decorrer no dia 27 de julho de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

Interveio o Presidente da Assembleia para dizer que é uma proposta do Presidente da Assembleia, que já foi subscrita pelo grupo municipal do partido Socialista, pelo grupo municipal da coligação, também. Atendendo que para a atribuição de uma medalha de Mérito a uma personalidade da nossa sociedade, e que o escrutínio tem que ser feito por escrutínio secreto, não há tempo para fazer hoje essa votação. A proposta é para que a Medalha ser atribuída no dia 27 de julho, que é o dia em que faz anos que o Dr. Alexandre Hoffmann se licenciou e por isso a sua proposta é que este ponto transite para a próxima Assembleia Municipal, vai mais do que a tempo, ser aprovado com amplo consenso, que estima que será e de lhe atribuímos esta medalha, caso seja aprovada no dia 27 de julho. Única e exclusivamente por que não se tem neste momento, por questões logísticas tempo, para fazer o escrutínio secreto que a Lei obriga. -----

Deliberação: Retirada da ordem de trabalhos, volta à próxima sessão.-----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo-se inscrevido-----

3.9- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.10- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às catorze horas e dez. minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico